



ANA PAULA DE LIMA

**ANÁLISES DE ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA
CIÊNCIA E DA EDUCAÇÃO DURANTE A DITADURA
MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

LAVRAS-MG

2023

ANA PAULA DE LIMA

**ANÁLISES DE ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA
EDUCAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências do
Curso de Licenciatura em Física, para
obtenção do título de Licenciado.

Prof. Dr. Fábio Marineli

Orientador

LAVRAS-MG

2023

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Lima, Ana Paula de.

Análises dos aspectos do desenvolvimento da ciência e da
educação durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) / Ana
Paula de Lima. - 2023.

114 p.

Orientador(a): Fábio Marineli.

TCC (graduação) - Universidade Federal de Lavras, 2023.
Bibliografia.

1. Ditadura militar. 2. Educação. 3. Ciência. I. Marineli, Fábio.
II. Título.

*Dedico este trabalho a todos que dedicaram suas
vidas em prol da nossa classe. A todos que sofreram
no período sombrio da ditadura e a todos que
permaneceram na luta. Seguiremos firmes
camaradas!*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo meus irmãos, Gustavo Lima e Alexia Souza, por estarem ao meu lado em todos os momentos, ver vocês crescendo e poder estar ali para ajudá-los sempre foi de imensa alegria para mim. Também agradeço a minha querida avó Catarina Pedroso por me apoiar e estar comigo em todas as decisões da minha vida. Sem vocês eu não seria quem sou hoje.

Agradeço imensamente ao meu namorado Eduardo Bravo por estar comigo em todos os momentos cruciais da minha jornada, compartilhar conquistas ao seu lado foi uma experiência extremamente gratificante e espero poder compartilhá-las contigo o resto de nossas vidas. Você é minha fonte de energia, fornecendo calor suficiente para me deixar confortável - *as long as you're next to me, just the two of us* -. Obrigada por tanto.

Também agradeço meus amigos, que mais os considero como família. À minha melhor amiga de longa jornada, Anna Santos, agradeço eternamente por te ter ao lado, você é uma pessoa com quem quero compartilhar minha vida inteira, ter você por perto durante todos esses anos adoçou minha caminhada e espero que adoce-a para sempre - *I'm gonna be right by your side no matter what* -. Ao meu melhor amigo e camarada, Vinícius Souza, te agradeço por todas as conversas que tivemos e aguardo ansiosamente pelas diversas outras que teremos ao longo de nossas vidas, além de você ser uma inspiração, tenho a honra de dizer que é meu melhor amigo. Ao meu irmão de graduação, Lucas Paim, agradeço por estender a mão sempre que precisei, por estar ali por mim nos diversos momentos que mais ninguém estava, espero que saiba que sem você eu não estaria no lugar em que estou hoje. À minha querida amiga Cecília Moreira, espero carregá-la comigo para o resto de nossas vidas, compartilhando momentos especiais ao seu lado. Ao meu amigo Mateus “Canudo” Loures, agradeço o apoio durante todo esse tempo, você é uma pessoa muito especial para mim.

Gostaria de agradecer também à minha “nova” família que me acolheu no período mais difícil da minha vida, Paulo “Curió”, Mylena Côrrea e Enilda Bravo, nunca esquecerei o que fizeram por mim.

Também agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Fábio Marineli por ter me guiado durante todos esses anos. Aos meus professores Prof. Dr. Jefferson Neves e Prof. Dr. Antônio Marcelo por terem me acompanhado e auxiliado durante toda minha jornada na graduação. Levarei vocês comigo eternamente.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o período da ditadura militar brasileira, que ocorreu entre os anos de 1964 até 1985, com o enfoque na estrutura educacional e no desenvolvimento científico. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, que buscou compreender as principais características dessas políticas, examinar seus impactos no sistema educacional e científico, e avaliar as consequências de longo prazo para a sociedade brasileira. E como resultados pudemos compreender em como a ciência enfrentou tempos sombrios, marcados pela censura e repressão. Laboratórios foram fechados, cientistas sofreram aposentadorias precoces, prisões e até mesmo mortes. No âmbito educacional, severas censuras foram impostas, resultando em demissões de professores, fechamento de universidades e perdas irreparáveis de estudantes e docentes desaparecidos ou mortos. Além disso, uma das principais mudanças na educação foi a reforma do ensino primário e secundário, imposta pela Lei nº 5.692/71, que tornou a profissionalização compulsória no 2º grau. Essas transformações deixaram marcas profundas na história da ciência e da educação no Brasil, ressaltando a importância de refletirmos sobre esse período de nossa história e seus impactos duradouros.

Palavras-chaves: Ditadura militar. Educação. Ciência. Democracia.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the period of the Brazilian military dictatorship, which occurred between the years 1964 to 1985, with a focus on the educational structure and scientific development. The research was conducted through a literature review, which sought to understand the main characteristics of these policies, examine their impacts on the educational and scientific system, and evaluate the long-term consequences for Brazilian society. As a result, we were able to understand how science faced dark times, marked by censorship and repression. Laboratories were closed, scientists suffered early retirements, arrests and even deaths. In the educational sphere, severe censorship was imposed, resulting in teacher layoffs, university closures and irreparable losses of missing or dead students and teachers. In addition, one of the main changes in education was the reform of primary and secondary education, imposed by Law No. 5.692/71, which made professionalization compulsory in high school. These transformations left deep marks on the history of science and education in Brazil, highlighting the importance of reflecting on this period of our history and its lasting impacts.

Keywords: Military dictatorship. Education. Science. Democracy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Revistas Pesquisadas	40
Quadro 2: Ficha dos Trabalhos Seleccionados	44
Quadro 3: Organização dos trabalhos seleccionados nos três blocos	59
Quadro 4: Trabalhos categorizados	61
Quadro 5: Semelhanças entre a LDB de 1971 e a nova reforma do ensino médio	80
Quadro 6: A política educacional na ditadura militar	88

LISTA DE SIGLAS

AEC	Associação de Educação Católica
AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-3	Ato Institucional nº 3
AI-4	Ato Institucional nº 4
AI-5	Ato Institucional nº 5
AI-10	Ato Institucional nº 10
AI-14	Ato Institucional nº 14
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNCC-EM	Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CFE	Conselho Federal de Educação
CEB/UFG	Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás
CTDM	Ciência e Tecnologia na Ditadura
C&T	Ciência e Tecnologia
ESG	Escola Superior de Guerra
EDM	Educação na Ditadura Militar
ECDM	Ensino de Ciências na Ditadura Militar
FAI	Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FENEM	Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
FHC	Fernando Henrique Cardoso

FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FTP	Formação Técnica e Profissional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IPES	Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISS	Imposto Sobre Serviços
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MUDES	Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PSSC	Physical Science Study Committee
PEF	Projeto Ensino de Física
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
SBF	Sociedade Brasileira de Física
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária
UEEs	União Estaduais dos Estudantes

UFB	Universidade Federal de Brasília
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	11
2. INTRODUÇÃO	13
3. DEMOCRACIA	15
4. O FIM DA DEMOCRACIA	20
5. DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)	23
5.1 OS PRINCIPAIS ASPECTOS POLÍTICOS DO PERÍODO DE 1964 A 1985	24
6. CAPITALISMO E A EDUCAÇÃO	33
7. A PESQUISA	39
7.1 QUADRO DAS REVISTAS PROCURADAS	43
7.2 QUADRO DOS TRABALHOS SELECIONADOS	47
7.3 CATEGORIZAÇÃO DOS TRABALHOS	64
8. ASPECTOS EDUCACIONAIS E CIENTÍFICOS DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	66
8.1 A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA DITADURA MILITAR	67
8.2 O ENSINO DE CIÊNCIAS NA DITADURA MILITAR	72
8.3 A POLÍTICA EDUCACIONAL NA DITADURA MILITAR	74
8.4 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR	80
8.5 REFLEXOS E REPRODUÇÕES DA EDUCAÇÃO NA DITADURA BRASILEIRA ATÉ OS DIAS ATUAIS	82
8.6 A LACUNA EXISTENTE NAS PESQUISAS SOBRE A DITADURA MILITAR	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
APÊNDICE 1	99

1. APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, testemunhamos no Brasil uma série de ataques e desvalorizações direcionados à educação e à ciência, com origem em posicionamentos políticos que questionam o papel dessas áreas no desenvolvimento do país. Infelizmente, fomos governados por pessoas com visões negacionistas, sem projetos consistentes para promover o avanço da educação, da ciência e da tecnologia.

Diante desse cenário, despertou em mim um interesse particular pelo tema deste Trabalho de Conclusão de Curso, especialmente depois de iniciar meus estudos sobre política social. Foi cada vez mais perceptível para mim como as direções políticas adotadas têm uma influência significativa nos caminhos trilhados pela ciência e pela educação.

Na medida em que fui aprofundando meus conhecimentos em ciências políticas, e seguindo minha jornada acadêmica nas ciências naturais, tenho cada vez mais compreendido a intrínseca relação entre essas áreas. Esse entendimento se intensificou quando ingressei no curso de licenciatura em física, o que me motivou a aprofundar meus estudos no campo da relação entre ciência, educação e política.

As decisões políticas influenciam diretamente as políticas educacionais, científicas e tecnológicas, afetando o ambiente acadêmico e científico como um todo. Isso me influenciou a explorar essa conexão e entender como ela molda os rumos da educação e da pesquisa científica.

Os trabalhos de Michalski e Paula (2019) acerca das eleições presidenciais em 2018 e de Galhardi (2020) sobre a pandemia mundial devido ao vírus Sars-CoV-2, causador da Covid-19, indicam que nos últimos anos materiais desinformativos e o negacionismo cresceram absurdamente, algo relacionado ao que ficou conhecido como era da pós-verdade. Assim, é necessário nos armar com informações responsáveis, confiáveis e de teor científico para que possamos defender aquilo que sempre pregamos: a veracidade da notícia, da informação e do conhecimento.

Como dito anteriormente, devido às atuais circunstâncias, comecei a ler sobre as influências das políticas sociais na ciência e na educação e a me interessar pelo tema. Um grande auxiliador na escolha do meu projeto foi o livro *“Como funciona o Fascismo: a*

política do 'nós' e 'eles'" de Jason Stanley (2018). A princípio minha intenção era que o tema deste trabalho estivesse relacionado ao fascismo em geral, mas seria algo muito amplo para um Trabalho de Conclusão de Curso e haveria dificuldades em delimitar esse tema em termos de conteúdo para a pesquisa.

Sendo assim, limitamos o escopo do trabalho a uma análise de um período histórico brasileiro, a ditadura militar de 1964 a 1985, que compartilha com o fascismo o desprezo pela democracia popular. Além disso, pretendemos discutir as influências de outros governos que ao defenderem o interesse da burguesia desprezaram a classe trabalhadora.

Portanto, através dos interesses e conhecimentos adquiridos durante esses anos, o presente trabalho tem o propósito de compreender melhor os posicionamentos relacionados à educação e a ciência no período da ditadura, buscando inclusive identificar eventuais relações com o cenário político e educacional atual, em especial com o governo recém derrotado nas eleições presidenciais que possuía tendências menos democráticas.

2. INTRODUÇÃO

A ditadura militar no Brasil, assim como outras ditaduras militares ao redor do mundo, mergulhou o país em um período sombrio, em que a população brasileira, especialmente os setores intelectuais ligados à educação e ao desenvolvimento científico, experimentaram de perto os impactos da repressão e da censura impostas pelas autoridades militares. A justificativa dada pelos responsáveis por tais ações era a construção de um país "melhor", livre da corrupção e de uma suposta "ameaça comunista".

Esse período ditatorial resultou em uma série de consequências negativas para o país. A censura restringiu a liberdade, sufocou o debate público e cerceou a produção científica e acadêmica. Muitos intelectuais foram perseguidos, presos, exilados ou tiveram suas carreiras interrompidas. O clima de medo e repressão afetou profundamente a vida acadêmica e a busca pelo conhecimento.

É importante ressaltar que as justificativas de combate à corrupção e à "ameaça comunista" eram frequentemente utilizadas como pretexto para justificar ações autoritárias e silenciar vozes críticas ao regime. O legado dessa época ainda é sentido nos dias de hoje e reforça a importância da defesa dos direitos humanos e do respeito à diversidade de pensamento em uma sociedade democrática.

Tendo como base o artigo *Sobre a relação entre Regimes Políticos e Desenvolvimento Científico: apontamentos para um estudo sobre a história da C&T durante o regime militar brasileiro*, de Olival Freire Junior (2007), percebemos que a ciência e a democracia são essenciais em conjunto. Nessa mesma linha, o historiador francês da ciência Dominique Pestre (1997) concluiu em sua obra de síntese historiográfica, *Science in the Twentieth Century*, que a ciência é uma estruturação social e não se deve separá-la das políticas sociais.

Segundo o historiador da ciência dinamarquês Helge Kragh (2003), autor do livro *Quantum Generations* - que possui um capítulo que trata de "Físicas e novas ditaduras" -, o desenvolvimento da ciência é maior quando há seu encorajamento e, portanto, esse desenvolvimento fica limitado em regimes ditatoriais que tem como fundamentação seu desestímulo proposital para focalizar nos interesses do regime.

Baseando-se nestes argumentos, podemos pensar que a ciência, juntamente com seu ensino em geral, sofre influências do cenário político em que está inserida, talvez sentindo mudanças mais bruscas quando há uma alteração muito grande de regime político como, por exemplo, de uma democracia (mesmo que esta esteja entrelaçada as amarras da burguesia) para uma ditadura.

Tendo isso em vista, e considerando que os processos educacionais também sofrem pressões e mudanças com a alteração do regime político, o presente trabalho buscará analisar como era a educação em geral e o ensino de ciências em particular durante o regime militar brasileiro. Ao realizar essa análise, buscaremos compreender como a ditadura militar influenciou o sistema educacional e o desenvolvimento da ciência no Brasil. Examinaremos as políticas educacionais adotadas durante esse período e seus impactos na produção científica e na formação de profissionais da área.

Portanto, os objetivos deste trabalho serão analisar o período da ditadura militar brasileira, por meio de pesquisas bibliográficas, com enfoque na estrutura educacional e no desenvolvimento científico durante esse período, compreendendo as políticas e direcionamentos adotados, bem como as restrições, repressões e impactos na produção científica e na atuação de cientistas e professores, como também realizar uma comparação entre o ensino em regimes não ou menos democráticos, como a ditadura militar, e o período atual, avaliando as semelhanças e diferenças nas políticas educacionais e científicas, bem como os impactos na educação e no desenvolvimento científico.

Através desses objetivos, busca-se alcançar uma compreensão mais aprofundada da estrutura educacional e do desenvolvimento científico durante a ditadura militar no Brasil. Para tal propósito, foi realizada leituras que proporcionaram uma fundamentação teórica relevante e abrangente para o tema em estudo. As leituras realizadas constituíram uma base sólida de conhecimento, que será apresentada nos próximos capítulos antes de abordar a metodologia de pesquisa.

Essa abordagem permitirá contextualizar os aspectos históricos e políticos que influenciaram a educação e a ciência no período da ditadura, fornecendo subsídios essenciais para compreender as políticas educacionais e científicas adotadas durante esse regime. A análise desses elementos contribuirá para um panorama mais completo e crítico dos impactos dessas políticas no sistema educacional e científico brasileiro.

3. DEMOCRACIA

Antes de nos aprofundarmos na compreensão da ditadura militar brasileira, é relevante iniciar uma discussão sobre o conceito de democracia. A democracia, em seu sentido mais amplo, é um sistema de governo que se baseia na participação e no poder do povo na tomada de decisões políticas. No entanto, ao longo da história, tem-se observado diferentes formas de democracia, variando em termos de participação popular, igualdade social e influência do poder econômico.

Quando utilizamos o termo "democracia burguesa", estamos nos referindo a um sistema político em que a participação e a representação política são predominantemente moldadas pelos interesses e pela influência da classe *burguesa*, que é a classe dominante na sociedade capitalista. Dessa forma, a democracia tende a ser limitada e condicionada pelos interesses econômicos e políticos dessa classe, que detém o controle dos meios de produção e exerce uma influência significativa sobre o aparato estatal.

A discussão sobre a democracia burguesa é importante para compreendermos as limitações e as contradições inerentes a esse sistema político. Ela coloca em evidência a desigualdade de poder e influência entre diferentes classes sociais, bem como a possibilidade de manipulação e restrição dos direitos e liberdades em benefício das classes dominantes.

No contexto da ditadura militar brasileira, o debate sobre a democracia burguesa tornou-se especialmente relevante, uma vez que o regime autoritário impôs restrições significativas aos direitos civis, à participação política e às liberdades individuais. Compreender as características da democracia burguesa e suas contradições nos ajuda a analisar criticamente as transformações sociais e políticas ocorridas durante esse período histórico.

Portanto, essa discussão inicial sobre o conceito de democracia e sua aplicação como democracia burguesa nos permitirá ter uma base teórica sólida ao analisar a ditadura militar brasileira e suas implicações para a democracia e o desenvolvimento da sociedade.

Sobre isso, Lenin (1919) discorre sobre o conceito de “democracia burguesa” no primeiro capítulo do livro *Democracia e Luta de Classes*:

Falar em democracia pura, democracia em geral, igualdade, liberdade, universalidade, quando os operários e trabalhadores estão famintos, maltrapilhos, arruinados e esgotados, não apenas pela escravidão dos mercenários capitalistas, mas por quatro anos de uma guerra de rapina, enquanto os capitalistas e os exploradores continuam a dominar as “propriedades” roubadas e o aparato “pronto” do poder de Estado, significa zombar dos trabalhadores e dos explorados. Isso simboliza um ataque aos fundamentos do marxismo, que ensinou aos operários: vocês devem usar a democracia burguesa como um progresso enorme em comparação ao feudalismo, mas nem por um instante se esqueçam do caráter burguês dessa “democracia”, não esqueçam que o Estado, tanto sob a mais democrática república burguesa quanto sob a monarquia, não passa de uma máquina para a opressão de uma classe pela outra. (LÊNIN, 1919).

Segundo Lênin (1918) a democracia burguesa foi, é e sempre será, sob o caráter capitalista, “estreita, amputada, falsa, hipócrita, paraíso para os ricos, uma armadilha e um engano para os explorados, para os pobres.” (LÊNIN, 1918)

Lênin (1919) disserta que apenas a *ditadura revolucionária do proletariado* é capaz de libertar a sociedade da opressão do capitalismo e da “hipocrisia da democracia burguesa, dessa democracia para os ricos; será capaz de estabelecer a democracia para os pobres”, tornando-se os aparatos da democracia acessíveis de fato para a classe trabalhadora, sendo que até mesmo na república burguesa “mais democrática”, tais aparatos da democracia são inalcançáveis para maioria dos trabalhadores.

Sobre a *ditadura revolucionária do proletariado*, Marx (1875) disserta:

“Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado.” (MARX, 1875)

E como já discutimos que os interesses do Estado é o interesse da classe dominante, que no caso de uma “democracia burguesa” são direcionados aos interesses da classe burguesa, quando a classe operária tomar o poder, os interesses que o Estado deverá saciar

serão correspondentes aos interesses da classe operária, que no caso de uma *ditadura revolucionária do proletariado*, será a classe dominante.

Sobre isso, Lênin (1917) disserta:

“O Estado é uma força especial para a repressão. Esta definição admirável e extremamente profunda de Engels é dada por ele aqui com mais completa clareza. E daí resulta que a força especial para a repressão do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma força especial para a repressão da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado).” (LÊNIN, 1917)

Lênin também responde o porquê é impossível passar pela “democracia pura” que Kautsky descreve ser “livre”, “igualitária” e “universal”, já que Lênin defende ser impossível sair de uma sociedade na qual uma classe oprime a outra sem a ditadura da classe oprimida, pois vencer a burguesia só é possível para o proletariado, única classe disciplinada pelo capitalismo.

Portanto, quando uma democracia burguesa deixa de favorecer os interesses da classe dominante, a situação pode evoluir para uma ditadura burguesa. Isso ocorre quando a classe dominante, temendo a perda de seus privilégios, recorre a medidas autoritárias para preservar seu poder e controlar a sociedade.

Uma ditadura burguesa é caracterizada pelo exercício autoritário do poder, no qual as liberdades civis e políticas são restringidas em prol dos interesses da classe dominante. Nesse contexto, a classe burguesa utiliza o Estado e suas instituições para reprimir movimentos populares, controlar a mídia e silenciar vozes dissidentes, garantindo assim a manutenção de seu domínio econômico e político.

A transição de uma democracia burguesa para uma ditadura burguesa geralmente ocorre quando a classe dominante sente-se ameaçada por forças progressistas ou por movimentos sociais que buscam transformações mais radicais na estrutura social. Ao enfrentar essa ameaça, a classe dominante pode recorrer a medidas de repressão, como golpes de Estado, censura, perseguição política e violações dos direitos humanos, a fim de preservar seus interesses e privilégios.

Levando a discussão para este lado, para compreendermos melhor a razão pela qual a ditadura da burguesia é um aspecto estrutural do capitalismo, devemos refletir sobre a propriedade privada e destacar reflexões propostas por Friedrich Engels (1880). Em seu livro *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, propõe-se uma análise histórica quanto à propriedade privada, evidenciando uma contradição inerente ao capitalismo. Engels (1880) disserta que em sistemas socioeconômicos prévios ao capitalismo os meios de produção pertenciam aos próprios produtores, e isso não era contraditório pelo fato de que a mercadoria tinha um caráter individual. Mesmo com a condição dos pequenos produtores possuírem ajudantes, o objetivo costumeiro era o aprendizado, para os assistentes futuramente terem seus próprios ofícios.

Porém, com o desenvolvimento capitalista a produção deixa de ser individual. Para impulsionar a produção foi preciso o trabalho social, ou seja, a mercadoria deixou de ter caráter individual e adquiriu um caráter social. É neste momento que torna-se observável a contradição, a mercadoria é social porém a posse dos seus meios de produção ainda é individual. Dessa forma, os proprietários desses meios de produção obtêm controle sobre a classe trabalhadora (que tem como única alternativa “vender” sua força de trabalho) por comandar setores extremamente estratégicos que norteiam o desenvolvimento social.

É importante ressaltar que essa transição não ocorre de forma linear ou automática. Há uma série de fatores políticos, econômicos e sociais que podem influenciar a evolução de uma democracia burguesa para uma ditadura burguesa. Além disso, as ditaduras burguesas podem apresentar características distintas, dependendo do contexto histórico e das particularidades de cada país.

É importante reconhecer que a repressão e a violação dos direitos humanos não estão restritas a governos explicitamente fascistas ou autoritários. A repressão pode ocorrer em diferentes contextos políticos, inclusive em democracias burguesas, quando os interesses da classe dominante são ameaçados ou quando certos grupos sociais são marginalizados. Podemos utilizar como exemplo o caso das favelas no Brasil. No exemplo mencionado, a repressão nas favelas do Brasil ilustra como a violência estatal e a falta de acesso a direitos básicos podem ocorrer mesmo em períodos de relativa estabilidade política. Essa repressão

está associada à marginalização socioeconômica e à criminalização da pobreza, fenômenos que persistem independentemente do regime político vigente.

4. O FIM DA DEMOCRACIA

Como principal referência neste capítulo, utilizarei a tese de doutorado de Alexandre Tavares do Nascimento Lira “*A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*” para embasar os fatos aqui descritos.

Para compreendermos melhor o golpe de estado que deu origem à ditadura militar brasileira de 1964, é importante entendermos o desenvolvimento da economia brasileira da época e o que levou os principais efeitos e reações da sociedade, considerando o conjunto de medidas tomadas desde então, relacionando a economia e a dinâmica de evolução das relações entre as classes sociais do Brasil.

Durante a primeira metade da década de 50 surgiram indícios do enfraquecimento do modelo econômico da indústria brasileira, por meio de uma base técnica fraca e financeira pobre. Assim, a partir de 1930 até 1950, o país dependeu da ação do Estado conforme os recursos financeiros necessários estiveram além das possibilidades da classe dos empresários. Controlando o preço do trabalho para aumentar os lucros privados, o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek tinha a tarefa de ativar diretamente a produção de infraestrutura e bens de capital e arrecadar dinheiro e subsídios para o setor industrial. A legislação trabalhista e sindical foi organizada para impossibilitar o confronto direto entre capital e trabalho.

Os Estados Unidos financiaram a maioria dos países latino-americanos que experimentaram experiências autoritárias ou ditaduras militares devido ao seu desejo por manter uma dependência neocolonial. Em 1947 o então presidente dos EUA, Harry Truman, declarou que o país estava disposto a conter a "ameaça comunista" e a influência soviética através da intervenção militar em zonas de agitação, já que considerava ataques à política externa americana, por menor que fossem, como uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos.

Na época, J. Foster Dulles, então secretário de Defesa dos EUA, exortou as nações latino-americanas a se juntarem ao bloco liderado pelos EUA, reforçando assim o caráter anticomunista dos cruzados patrocinados por Washington e incorporando a hegemonia dos

EUA. Assim, o apoio ao golpe e à instauração de ditaduras subordinadas à política externa americana se espalhou pela América Latina.

Desde a Segunda Guerra Mundial, os militares brasileiros fortaleceram seus laços armados com os Estados Unidos e aprenderam doutrinas de segurança nacional com agentes estadunidenses em cursos realizados pelos Estados Unidos. A aliança entre os militares e a classe empresarial se deu por meio de dispositivos como a Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), locais em que foram elaboradas doutrinas de segurança nacional e as estratégias de guerra aberta às classes populares.

Para entender melhor a relação entre o Estado e a economia após 1964, devemos considerar o período crítico 1962-1964. Este período viu o colapso do equilíbrio de poder e a ascensão da burguesia industrial. Durante a crise de 1962, que ocorreu devido a diminuição do ritmo de investimentos industriais e que podemos chamar de crise cíclica do capitalismo monopolista, foi inviabilizado o atendimento às demandas da classe trabalhadora, o que pressionou ainda mais os poderes constitucionais, ameaçando a manutenção do pacto populista.

Com as mobilizações da classe trabalhadora, resultante do impacto destruidor na qualidade de vida gerado pela inflação e a queda do ritmo do crescimento econômico, o presidente João Goulart realizou o grande Comício da Central do Brasil, se comprometendo com as reformas de base, assinando o decreto de nacionalização de todas as refinarias de petróleo particulares e o de criação de Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA).

A burguesia empresarial teve sua reação e começou a preparar o golpe contra João Goulart e com o intuito de fazer a oposição ao governo organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, patrocinada principalmente por grupos de mulheres ligadas a organizações católicas e conservadores como o grupo Tradição, Família e Propriedade.

No mês anterior ao golpe de 64, os marinheiros organizaram revoltas para exigir melhores condições de trabalho, em uma assembleia com aproximadamente dois mil militares de baixa patente realizada no prédio do sindicato dos metalúrgicos. Eles apoiaram as reformas de base defendidas pelo presidente e pediram a exoneração do ministro da Marinha.

Durante o motim, os fuzileiros navais apoiaram a proposta do movimento dos marinheiros, levando à prisão dos líderes do movimento no dia seguinte pelos militares. O presidente Jango perdoou os acusados, e os militares usaram o incidente como pretexto para o golpe que começou em 1º de abril de 1964 e deu início à implantação de uma ditadura militar no Brasil.

5. DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

O golpe militar que se deu no Brasil em 1964 foi anunciado nas ruas da cidade do Rio de Janeiro na marcha do general Olímpio Mourão Filho, que declarou o golpe. Segundo Lira (2010) os trabalhadores e estudantes de todo o país imediatamente tentaram organizar uma reação instantânea, mas não surtiu efeito. O então presidente eleito democraticamente, João Goulart, viajou para o Rio Grande do Sul e de lá se exilou no Uruguai.

Posteriormente, o Congresso Nacional elegeu o General Castelo Branco como Presidente da República e já iniciou uma série de revogações de mandatos e suspensão de direitos políticos.

Conforme destacado por Lira (2010), com o país sofrendo com o golpe militar, a ação do Estado baseou-se na defesa da economia de mercado, maximizando a exploração do potencial econômico do país e de seus trabalhadores. A propagação do anticomunismo na sociedade fez com que os setores políticos e sociais apoiassem o golpe. O Estado, sob influências da Doutrina da Segurança Nacional, passou por um processo de reestruturação de planos, normas e ampliação do alcance das medidas repressivas com o objetivo de eliminar o “inimigo interno”.

O Estado pós-1964 levou a alianças entre militares, empresários e tecnoburocratas apoiados pela classe latifundiária. Assim, de acordo com Lira (2010), as políticas econômicas do regime militar institucionalizaram padrões de concentração de riqueza e capital, que levou ao arrocho salarial, dívida externa e envolvimento com o mercado financeiro.

Com a política norte-americana favorável à ditadura, a cooperação Brasil-Estados Unidos deu origem à Escola Militar das Américas, órgão do governo que preparava os militares e treinava especialistas em técnicas de tortura e interrogatório para combater os guerrilheiros. O conceito de segurança nacional para esses grupos era principalmente usar o terrorismo de estado para combater a influência do socialismo na sociedade.

5.1 OS PRINCIPAIS ASPECTOS POLÍTICOS DO PERÍODO DE 1964 A 1985

Para compreendermos melhor a ditadura militar, irei fazer uma linha temporal dos principais acontecimentos da ditadura e seus principais representantes durante o período de 64 à 85. As informações deste capítulo foram retiradas do Texto do Catálogo da Mostra "Resistir é preciso", apresentado pelo Ministério da Cultura e Instituto Vladimir Herzog publicado pela revista *Estudos Avançados* por Editor (2014).

O início do ano de 1964 foi marcado por uma série de manifestações no Brasil, sendo a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade uma das mais proeminentes, sendo sua origem e primeira manifestação em São Paulo, logo se expandiu para outros estados brasileiros, mobilizando uma parcela significativa da sociedade.

Esse movimento foi impulsionado por setores conservadores da sociedade, que se opunham às políticas adotadas por João Goulart e viam a manifestação como uma defesa da liberdade e dos valores tradicionais. A Marcha ganhou destaque especialmente após o Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964, onde aproximadamente 200 mil pessoas se reuniram para ouvir o então Presidente João Goulart.

No dia seguinte à Marcha, o general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército na época, divulgou uma circular reservada entre seus subordinados expressando sua posição contrária a João Goulart. Esse documento foi um dos elementos que contribuíram para a crescente tensão política e social no país naquele período.

Assim, no dia 2 de abril de 1964, João Goulart deixou Brasília e seguiu para Porto Alegre, com planos de deixar o Brasil. Nesse mesmo dia, o General Costa e Silva se autoproclamou comandante-em-chefe do Exército Nacional e organizou o "Comando Supremo da Revolução", assumindo uma posição de destaque no contexto do golpe militar.

Na semana seguinte, em 4 de abril, os líderes do golpe indicaram o nome do general Castelo Branco para assumir a Presidência da República. Castelo Branco foi escolhido como o primeiro presidente do regime militar, sendo um dos principais articuladores do golpe.

No dia 9 de abril, foi decretado o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que conferiu ao presidente da República poderes extraordinários. Esse ato concedia a Castelo Branco poderes

discricionários, permitindo-lhe cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos e intervir nos estados e municípios. O AI-1 vigorou até 15 de junho de 1964 e marcou o início de uma série de atos institucionais que restringiram as liberdades civis e políticas no país durante o regime militar.

O AI-1 foi um dos instrumentos utilizados pelo governo para consolidar o poder e impor uma agenda autoritária, reprimindo opositores políticos e restringindo a participação popular. Esse ato representou um marco importante na consolidação do regime militar no Brasil e estabeleceu as bases para a concentração de poder nas mãos dos militares durante os anos seguintes.

Durante o ano de 1964, várias medidas foram tomadas pela ditadura visando reprimir e controlar a sociedade civil, incluindo o movimento estudantil. Uma dessas medidas foi a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 27 de outubro.

No mês seguinte, em novembro, foi sancionada a Lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, que proibiu as atividades políticas estudantis e colocou na ilegalidade a UNE e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs). Com isso, todas as instâncias da representação estudantil passaram a atuar na clandestinidade.

Além disso, a Lei Suplicy de Lacerda estabeleceu que as atividades estudantis estariam submetidas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), o que significava que todas as ações e manifestações estudantis precisavam ser autorizadas e controladas pelo governo, limitando a autonomia e liberdade dos estudantes.

Essas medidas faziam parte de uma estratégia mais ampla do regime militar para reprimir qualquer forma de oposição e controlar as organizações e movimentos estudantis. A extinção da UNE e a proibição das atividades políticas estudantis foram reflexos desse contexto autoritário e repressivo, que buscava eliminar espaços de resistência e limitar a participação política dos estudantes.

No início do ano de 1965, foi estabelecido o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que trouxe uma série de medidas que fortaleceram o controle dos militares sobre o país. O AI-2 resultou na extinção dos partidos políticos existentes na época, abrindo caminho para a criação de dois

novos partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de orientação governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição controlada.

Além disso, o AI-2 atribuiu à Justiça Militar o julgamento de civis acusados de crimes contra a segurança nacional, ampliando o poder punitivo da ditadura. Ao presidente da República também foi concedido o poder de cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos até 15 de março de 1967, conferindo-lhe amplos poderes discricionários.

No dia 5 de fevereiro de 1966, foi estabelecido o Ato Institucional nº 3 (AI-3), que determinou a eleição indireta para governadores. Com isso, os governadores passaram a ser escolhidos por meio de um colégio eleitoral, com membros nomeados pelo presidente da República.

Em 3 de outubro de 1966, o general Costa e Silva foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional. Sua eleição marcou a continuidade da ditadura militar e seu governo foi caracterizado por uma política de repressão e controle autoritário. Esses acontecimentos destacam a imposição de medidas antidemocráticas, a supressão de direitos políticos e a concentração de poder nas mãos dos militares. A eleição indireta para governadores e a eleição de Costa e Silva como presidente refletiram a manutenção do controle dos militares sobre o sistema político do país.

Durante o período de ilegalidade da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre 1966 e 1973, a organização continuou atuando de forma clandestina, enfrentando a repressão. Em março de 1966, uma passeata contra a ditadura em Belo Horizonte foi duramente reprimida pelas forças militares, o que provocou uma série de protestos estudantis em diversos estados do país.

Mesmo sob condições adversas, a UNE conseguiu realizar o seu XXVIII Congresso em Belo Horizonte, demonstrando a resistência dos estudantes frente ao autoritarismo do regime. No mesmo ano, o general Castelo Branco, então presidente, criou o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), uma tentativa de controle e influência do governo sobre o movimento estudantil.

Em 18 de setembro, a UNE decretou uma greve geral como forma de protesto contra a ditadura militar. Além disso, no dia 22 de setembro foi eleito o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura, como uma data simbólica de resistência e mobilização estudantil.

No dia 24 de janeiro de 1967, foi promulgada a nova Constituição do Brasil, que estabeleceu as bases legais da ditadura. Essa constituição, conhecida como Constituição de 1967, conferiu amplos poderes ao presidente da República e restringiu as liberdades individuais e os direitos políticos.

Em 11 de março do mesmo ano, o general Castelo Branco, então presidente, editou a nova Lei de Segurança Nacional, que endureceu as medidas de repressão contra qualquer forma de oposição política à ditadura. Essa lei ampliou os poderes do Estado para perseguir, prender e punir aqueles considerados "subversivos" ou "inimigos do regime".

No dia 15 de março, o general Costa e Silva assumiu a Presidência da República, sucedendo a Castelo Branco. Costa e Silva governou o país de 1967 a 1969 e foi responsável por intensificar a repressão política e fortalecer o poder dos militares.

Em 28 de março de 1968, o estudante Edson Luís de Lima Souto foi morto durante um confronto com a Polícia Militar em um restaurante no Rio de Janeiro. Esse acontecimento gerou grande comoção e revolta e no dia seguinte uma marcha de aproximadamente 50 mil pessoas foi realizada em repúdio ao assassinato de Edson. A UNE decretou greve geral dos estudantes em resposta ao ocorrido.

Em 30 de março, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, determinou a repressão das passeatas estudantis e, em 1º de abril, inúmeras passeatas estudantis eclodiram em várias capitais brasileiras. No dia 22 de maio, foi decretada a Lei nº 5.439, que estabelecia a responsabilidade criminal para menores de 18 anos envolvidos em ações contra a segurança nacional. Esse tipo de medida visava reprimir e controlar ainda mais os movimentos estudantis e de oposição à ditadura.

Ao longo do ano de 1968, diversas cidades foram declaradas áreas de segurança nacional, o que resultou na restrição do voto direto para a escolha dos prefeitos dessas localidades. Este ano também foi marcado por diversas invasões aos campi universitários em todo o país, em um contexto de intensificação dos protestos e da resistência estudantil.

Em 13 de dezembro de 1968, foi instaurado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que representou um dos momentos mais sombrios e autoritários do governo militar. Esse ato conferiu poderes discricionários ao presidente da República, tornando-os permanentes, e suspendeu diversas garantias constitucionais, como a liberdade de expressão, o habeas corpus e os direitos políticos. Além disso, o Congresso Nacional foi colocado em recesso, o que resultou em um fortalecimento do poder executivo e na intensificação da repressão política.

O AI-5 marcou uma fase de maior endurecimento da ditadura militar, com o aumento da censura, a perseguição política, a tortura e a violação dos direitos humanos. Esse período foi caracterizado por uma repressão ainda mais brutal e pela supressão das liberdades civis, representando um dos momentos mais repressivos e autoritários da ditadura militar brasileira.

Em 1969, a UNE tentou manter uma liderança com a eleição de Jean Marc Von Der Weid através dos Congressinhos Regionais, mas em setembro do mesmo ano, Von Der Weid foi preso.

Em 26 de fevereiro, foi decretado o Decreto-Lei nº 477, que tratava de infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino, e penalizava professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino público. Esse decreto tinha como objetivo controlar e reprimir ainda mais as manifestações e movimentos estudantis.

No dia 16 de maio, foi decretado o AI-10, que teve como consequência a aposentadoria de centenas de professores universitários, entre outros efeitos. No final de agosto do mesmo ano, a Junta Militar, formada por ministros militares, assumiu o poder devido à doença de Costa e Silva, impedindo a posse do vice-presidente da República, Pedro Aleixo, civil, apoiador do golpe, mas que não concordava com o AI-5.

Em 5 de setembro, foi decretado o AI-14, que estabelecia a pena de morte, aumentando ainda mais a repressão e a violência do regime militar. No dia 30 de outubro, o general Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência da República, devido à incapacidade definitiva do general Costa e Silva.

Esses acontecimentos mostram a intensificação da repressão e do autoritarismo durante o período, com a prisão de líderes estudantis, a promulgação de decretos e atos que

limitavam a liberdade e os direitos civis, e a transferência de poder entre militares para manter o controle do regime. A sociedade brasileira vivia sob um clima de forte repressão política, censura e violação dos direitos humanos.

Em 1970, o movimento estudantil encontrava-se enfraquecido devido à repressão do regime militar, com muitas lideranças presas ou exiladas. Nesse contexto, ocorriam atos isolados de resistência, como a realização de uma missa em memória do segundo aniversário da morte de Edson Luís.

No dia 10 de fevereiro, foi estabelecido o Decreto-Lei nº 1077, que previa a censura prévia de livros e revistas. Esse decreto ampliava ainda mais o controle do regime sobre a liberdade de expressão e o acesso à informação, restringindo a circulação de obras consideradas "subversivas" ou contrárias aos interesses do governo.

A censura prévia imposta pelo decreto tinha como objetivo controlar o conteúdo das publicações, impedindo a divulgação de ideias contrárias à ideologia oficial do regime e evitando a disseminação de informações consideradas prejudiciais à imagem e aos interesses do governo militar.

Essa medida repressiva tinha como objetivo silenciar vozes críticas e limitar a liberdade de expressão, restringindo o acesso da população a diferentes perspectivas e opiniões. Contribuindo para um ambiente de autocensura e medo, dificultando a disseminação de ideias e informações que questionassem ou contestassem o regime ditatorial.

Em setembro de 1971, Honestino Guimarães, vice-presidente da UNE, foi eleito presidente da organização estudantil. Sua eleição refletia a resistência e a persistência do movimento estudantil mesmo diante da repressão do regime militar.

Em março de 1972, foi inaugurada a Escola Nacional de Informações, uma instituição voltada para a formação de agentes de inteligência e repressão da ditadura. A criação dessa escola evidencia a intensificação do aparato de repressão e controle do governo militar.

Em abril de 1972, o Exército iniciou a chamada "Operação Araguaia", que tinha como objetivo combater a guerrilha organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na

região do Araguaia, no sul do Pará. Essa guerrilha foi uma das principais formas de resistência armada ao governo militar.

No dia 14 de setembro de 1973, a Arena, partido político governista, homologou o nome do general Ernesto Geisel como candidato à presidência da República. Geisel foi eleito presidente em 1974, assumindo o cargo no ano seguinte.

Em outubro de 1973, o Exército iniciou uma nova ofensiva contra a guerrilha do Araguaia. A repressão foi intensificada, resultando na derrota da guerrilha em dezembro do mesmo ano. Esse episódio marcou o fim da luta armada contra o regime militar e foi um dos momentos mais violentos e trágicos desse período.

No início de 1974, o Colégio Eleitoral homologou o nome do general Ernesto Geisel como presidente da República. Ele assumiu o cargo em março do mesmo ano. A escolha de Geisel pelo Colégio Eleitoral mostrou a continuidade da ditadura militar e a manutenção do controle das Forças Armadas sobre o poder político.

Em janeiro de 1977, o Congresso Nacional decretou um recesso de 14 dias. Durante esse período, o presidente Geisel editou uma série de medidas conhecidas como "pacotes de abril". Esses pacotes tinham como objetivo garantir a maioria do Congresso para a Arena nas eleições do ano seguinte. A vitória do partido da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nas eleições gerais de 1974, colocou os militares em estado de alerta. O MDB representava uma ameaça ao projeto de continuidade do regime militar e o governo reagiu com medidas que visavam enfraquecer a oposição e manter o controle sobre o processo político.

Em maio de 1978, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva, decretaram greve. Essa greve foi uma das mais emblemáticas e importantes do movimento sindical brasileiro durante o regime militar. Ela representou a resistência dos trabalhadores contra as condições de trabalho precárias, baixos salários e falta de direitos trabalhistas.

Após a sucessão de Ernesto Geisel, o general João Figueiredo foi referendado como Presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15 de outubro de 1978. A extinção do

AI-5, que representava um dos símbolos mais repressivos do regime militar, ocorreu em 1º de janeiro de 1979, marcando um momento significativo na abertura política do país.

Em março de 1979, o general Figueiredo tomou posse como presidente, assumindo o cargo em meio a um contexto de pressões e demandas por democratização. A anistia política foi decretada em 28 de agosto de 1979, permitindo o retorno de exilados políticos e a libertação de presos políticos. Em novembro do mesmo ano, o bipartidarismo foi encerrado, permitindo a criação de novos partidos políticos. Essas medidas foram importantes para o fortalecimento da oposição.

No início de 1980, o país foi marcado por uma série de explosões de bombas em diferentes localidades, gerando tensão e insegurança. Esses atentados evidenciaram a persistência de grupos radicais.

Em 1982, ocorreram eleições para a Câmara dos Deputados, nas quais a oposição conquistou um número significativo de assentos, demonstrando a insatisfação popular com o governo militar e o desejo de mudança.

A partir de 1983, teve início a campanha pelas eleições diretas para Presidente da República, conhecida como "Diretas Já". Esse movimento social e político foi marcado por grandes mobilizações populares em todo o país, clamando pela escolha do presidente por meio do voto direto.

Em 1985 ocorreu a eleição indireta no Colégio Eleitoral para a Presidência da República, e Tancredo Neves, apoiado pela Aliança Democrática, formada por partidos de oposição ao regime militar, venceu a disputa contra Paulo Maluf. No entanto, antes de assumir o cargo, Tancredo Neves foi acometido por uma grave doença e não pôde tomar posse.

Como consequência, José Sarney, então vice-presidente eleito, assumiu a Presidência em 15 de março de 1985. Infelizmente, Tancredo Neves faleceu em 21 de abril de 1985, antes de poder assumir efetivamente o cargo para o qual havia sido eleito.

No ano de 1988, o Brasil promulgou uma nova Constituição, conhecida como a Constituição de 1988. Ela foi elaborada e aprovada pelo Congresso Nacional, representando um marco importante na consolidação do processo de redemocratização do país.

6. A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO

Para este capítulo, a principal referência é a tese de Alexandre Tavares do Nascimento Lira (2010) *"A Legislação da Educação no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985): Um Espaço de Disputas"*.

No início do ano referente ao golpe de 1964, ocorreu o Seminário Universidade-Indústria, um evento significativo em que o setor industrial enxergou uma grande oportunidade de inserção no campo educacional. A burguesia industrial manifestou-se contrária ao governo de João Goulart e apoiou o golpe, defendendo a prioridade do setor privado no futuro. No entanto, o governo militar adotou uma postura oposta à expectativa da burguesia, promovendo a estatização de importantes setores da economia. Essa abordagem desencadeou a insatisfação e o descontentamento da burguesia industrial durante esse período.

Thomas Pompeu Brasil Netto, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na época, foi um defensor do golpe militar. Conforme mencionado por Lira (2010), ele acreditava que preparar os indivíduos para alcançar grandes metas era mais importante do que a simples acumulação de capital. Netto também criticava o sistema de ensino secundário, defendendo a implementação de uma abordagem mais voltada para a formação profissionalizante no ensino médio, o que posteriormente foi contemplado pela Lei nº 5692/71.

Durante o período do milagre econômico, que ocorreu entre 1968 e 1973, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) estabeleceu o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) com o intuito de capacitar a mão de obra de acordo com as demandas do mercado de trabalho, por meio de iniciativas do setor industrial. O principal objetivo do IEL era promover a aproximação entre as universidades e as indústrias, seguindo as propostas da CNI (IEL, 1984, pp. 12-13, apud LIRA, 2010):

1. Cooperar em programas de pesquisas científicas e tecnológicas das Universidades;
2. Promover o estágio de estudantes em empresas
3. Colaborar em pesquisas de mão de obra, com objetivo de a) acompanhar a evolução da demanda de pessoal de nível superior; b) informar às Universidades das

modificações ocorridas e da tendência a curto e longo prazos; c) servir de elo entre a demanda (por parte da indústria) e a oferta (por parte das Universidades);

4. Promover a cooperação financeira de Empresas com as Universidades para a manutenção e ampliação de cursos de interesses das mesmas Empresas.
5. Promover a realização de cursos em forma cooperativa (empresas-universidades);
6. Mediante entendimento, utilizar ou empenhar-se em que empresas utilizem como consultores membros do corpo docente das Universidades, em que nestas trabalhem em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.
7. Empenhar-se em que empresas utilizem serviços de laboratórios e equipes universitárias em análise e ensaios de qualidade, de matérias-primas e de produtos, assim como a verificação de especificação e emissões de certificados nos casos indicados asas.

A política educacional durante a ditadura militar tornou-se cada vez mais alinhada aos interesses da burguesia empresarial e industrial, que contava com a presença de intelectuais em órgãos governamentais, no Conselho Federal de Educação e nas instituições de ensino. Os jovens eram preparados para se adequar ao programa de servir ao desenvolvimento das empresas, uma vez que a manutenção dos interesses dos setores mais influentes da burguesia baseava-se em uma lógica coercitiva voltada para os objetivos empresariais, conforme apontado por Lira (2010).

Segundo Lira, os fundamentos das conclusões se traduziram pela ênfase nos elementos dispostos pela “teoria do capital humano”, já que:

Na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico capitalista na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no papel do ensino médio de formar através de habilitações profissionais, a mão de obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo os cursos de curta duração, voltados para o imediato atendimento da demanda de profissionais, no destaque à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias, na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento da produtividade, na proposta

de criação de um amplo programa de alfabetização nas comunidades locais. (LIRA, 2010, p. 100).

O plano elaborado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) visava adequar a educação às necessidades da economia brasileira, preparando os jovens para o mercado de trabalho e permitindo a intervenção do poder político para impulsionar a expansão do ensino nas áreas carentes e no desenvolvimento nacional. Esse plano resultou em um aumento no número de vagas destinadas à formação de mão de obra qualificada, atendendo às demandas e interesses do setor industrial, que estava em crescimento durante esse período. Conforme o plano (MEC-CFE, 1971):

1. A educação deverá favorecer a plena realização do indivíduo em todos os planos, levando-o a assumir as responsabilidades inerentes à sua condição de cidadão e membro da comunidade humana.
2. A política educacional e a política de Recursos Humanos fixarão as diretrizes tendentes a proporcionar ao povo brasileiro a educação ajustada à construção de uma sociedade aberta, capaz de harmonizar Humanismo e Tecnologia.
3. O processo educacional, inspirado nos ideais democráticos - síntese de liberdade individual e do bem comum - deverá orientar-se de forma a estimular a crescente participação do povo na construção nacional assegurando-lhe crescente participação nos benefícios do desenvolvimento.
4. A expansão gradativa das oportunidades e dos programas não-formais de valorização dos Recursos Humanos visará a criar e reforçar uma estrutura de capital humano condizente com as atuais necessidades do país.

É válido abordar a questão das escolas particulares e os interesses privados no campo educacional durante esse período. Durante a ditadura, houve uma consolidação dos interesses dos empresários do setor educacional, que passaram a ter seus objetivos favorecidos de maneira privilegiada. Houve uma defesa da iniciativa privada na educação, que estabeleceu parcerias com o governo militar. Isso resultou em um ambiente favorável ao desenvolvimento das instituições privadas de ensino.

Antes do golpe de 1964, ocorreu o Congresso Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário, cujo objetivo era estabelecer uma federação das instituições de

ensino privado. Com a criação dessa federação, as antigas delegacias foram obrigadas a se transformar em associações. Esse processo contribuiu para fortalecer a organização e representatividade das instituições de ensino privado no país.

Conforme mencionado por Lira (2010), a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Secundário, Comercial, Industrial, Normal e Primário do Estado do Rio de Janeiro foi uma das primeiras a se organizar. Além disso, a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEM), criada por proprietários de escolas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo em 1944, tornou-se a principal e única entidade de representação do ensino privado no Brasil. Ao mesmo tempo, foi fundada a Associação de Educação Católica (AEC) para representar as escolas católicas. Ambas as entidades desempenharam um papel ativo nas discussões em torno das leis nº 4024/61 e nº 5692/71, que impactaram significativamente o sistema educacional do país.

A Igreja Católica teve um papel importante na defesa dos interesses privados na educação, abrangendo desde o ensino básico até o ensino superior. Mesmo após o crescimento das escolas privadas, os católicos continuaram exercendo influência no comando de redes de escolas de ensino médio e universidades, o que lhes permitia exercer pressão sobre as decisões da política educacional.

Nesse contexto, a Associação de Educação Católica (AEC) desempenhou um papel fundamental no estabelecimento do caráter privatista da Lei nº 4024/61. O Padre José Vasconcelos foi uma das lideranças mais expressivas nesse processo e desempenhou um papel ativo na formulação da lei. Sua participação contribuiu para a consolidação dos interesses privados na educação brasileira, alinhando a legislação com as demandas das instituições educacionais católicas e privadas em geral.

Durante o período que antecedeu o golpe de 1964, os proprietários de escolas privadas, representados pelo sindicato, se posicionaram contra o governo de João Goulart e apoiaram o golpe militar, buscando apoiar medidas que facilitassem a implementação da ditadura. Em 1965, houve a cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) das escolas, o que provocou protestos por parte dos empresários do ensino privado.

No entanto, devido à pressão e influência dos donos de escolas particulares, em 1967 a questão tributária foi resolvida com a manutenção da Constituição de 1967, que proibia estados e municípios de cobrarem impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos estabelecimentos de ensino. Isso consolidou a proteção tributária das escolas privadas, garantindo que elas não fossem sobrecarregadas com impostos e preservando os interesses econômicos dos proprietários nesse setor.

Essa medida refletiu o poder e a influência dos donos de escolas particulares durante o período da ditadura, que conseguiram obter benefícios específicos para o setor e proteger seus interesses financeiros.

Durante a crise do milagre econômico, que se caracterizou pela desaceleração da economia brasileira nos anos 1970, o setor privado de ensino enfrentou dificuldades devido à redução nos valores das bolsas de estudo e às restrições governamentais sobre o aumento das mensalidades. Essas medidas afetaram a lucratividade e a estabilidade financeira dos empresários do setor.

Além disso, a implementação da Lei nº 5692/71 trouxe desafios adicionais para as instituições de ensino privadas. Um dos principais problemas enfrentados foi a escassez de professores para atuar nessas instituições. A falta de docentes qualificados era um obstáculo para oferecer um ensino de qualidade e atrair estudantes.

Diante dessa situação, uma solução encontrada foi permitir que estudantes das 3ª e 4ª séries das faculdades lecionassem aulas no ensino secundário. Essa medida visava suprir a carência de professores e preencher as vagas disponíveis nas instituições privadas. No entanto, essa solução emergencial também gerava preocupações em relação à formação e competência dos estudantes universitários que assumiam essas funções.

Segundo Lira (2010), no 16º Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, realizado em Brasília em 1978, o representante da FENEM argumentou que a escola particular expressa uma democracia, já que apresenta uma “diversidade” de organizações de matrizes religiosas, Jesuíta, Salesiana, Batista, Marista, Presbiteriana, Espírita, Cenecista, citando em seus discursos as matrizes religiosas advindas do catolicismo.

Assim, as classes dominantes foram moldando a educação brasileira de acordo com seus interesses, principalmente os econômicos. Os donos das escolas privadas ampliaram sua presença no Estado, dominando os Conselhos de Educação e, assim, seus colégios particulares foram se tornando grandes universidades, com filiais e grupos que passaram a comercializar seus produtos dentro do campo educacional. Essas táticas realizadas por esses empresários fizeram com que os interesses privados na educação brasileira prevalecessem até os dias atuais.

7. A PESQUISA

Como apresentado anteriormente, este trabalho tem por objetivo analisar o período da ditadura militar brasileira com enfoque na estrutura educacional e no desenvolvimento científico durante esse período. Ao realizar essa análise, buscaremos compreender como a ditadura militar influenciou o sistema educacional e o desenvolvimento da ciência no Brasil. Examinaremos as políticas educacionais adotadas durante esse período e seus impactos na produção científica e na formação de profissionais da área.

A fim de desenvolvê-la, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica, que envolve a busca e análise de fontes teóricas relevantes no campo de estudo. Por meio desse método, é possível obter uma base sólida de conhecimento sobre o tema em questão, bem como identificar e delimitar o problema de pesquisa abordado.

A pesquisa bibliográfica permitiu o acesso a uma variedade de fontes, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais. Através da leitura crítica e análise dessas fontes, foi possível embasar o trabalho, bem como obter a compreensão dos aspectos relacionados à educação, ciência e política no período estudado.

Segundo Alyrio (2009), a pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental em todas as áreas do conhecimento. Esse método de pesquisa é amplamente utilizado e é uma ferramenta valiosa para a investigação acadêmica.

Com o avanço da tecnologia e o desenvolvimento da internet, a pesquisa bibliográfica tornou-se ainda mais acessível e ágil. A disponibilidade de bibliotecas virtuais, repositórios online, revistas científicas digitais e bases de dados acadêmicos ampliou significativamente o alcance e a diversidade de fontes disponíveis para os pesquisadores. Isso facilita a descoberta de novas áreas de conhecimento, a obtenção de referências atualizadas e a realização de estudos comparativos mais abrangentes.

Entretanto, a pesquisa bibliográfica continua sendo uma ferramenta essencial para a produção do conhecimento científico, fornecendo subsídios teóricos e embasamento para o avanço das pesquisas em todas as áreas de estudo.

O trabalho foi organizado e elaborado em três etapas: coleta de materiais e pré-análise, organização dos materiais e análise do material coletado.

Na etapa inicial, foram coletados os materiais relevantes para a pesquisa, como revistas, documentos oficiais, dissertações, teses e outros recursos bibliográficos. Realizou-se uma pré-análise desses materiais, ou seja, uma leitura inicial para identificar sua pertinência e qualidade em relação ao tema em estudo. Essa etapa proporcionou uma base de informações para o aprofundamento posterior da pesquisa.

Na segunda etapa, organização dos materiais, eles foram organizados e estruturados. Foi feita uma seleção dos materiais mais relevantes e importantes para a pesquisa, separando-os daqueles de menor relevância. Essa organização facilitou o acesso às informações essenciais durante o processo de escrita e análise.

Por fim, na terceira etapa, análise do material coletado, foi feita uma análise minuciosa e descritiva de todo o material, bem como uma interpretação dos dados e informações presentes nele. A análise buscou compreender os fatos ocorridos durante o período estudado, bem como estabelecer conexões entre as ideias e os eventos, buscando compreender as relações de causa e efeito na sociedade, na educação e no desenvolvimento científico.

Especificamente sobre o processo de pesquisa em periódicos, envolveu a busca por revistas voltadas para a área do trabalho, selecionando inicialmente revistas com conteúdo educacional e científico. Posteriormente, a pesquisa foi estendida para incluir revistas de história, ciências humanas e educação, devido ao contexto histórico, educacional e social relacionado ao tema do trabalho.

Durante o processo de busca, logo na primeira etapa, foram separadas 75 revistas, sendo 50 delas com enfoque na ciência e educação/educação em ciências, 17 revistas sobre história, 2 de Ciências Humanas e 6 voltadas exclusivamente para a educação. Os procedimentos de pesquisa adotados foram semelhantes para todas as áreas.

Para as revistas com viés educacional voltado para ciência, em seus sites foram buscados os termos "ditadura militar", "golpe militar", "democracia" e "ciência e política".

Eles foram escolhidos com base no tema de interesse para obter artigos relacionados à relação entre ciência, educação e o período da ditadura militar.

Já nas revistas com enfoque histórico, foram utilizados os termos "ciência e política", "ciência", "educação e ciência" e "ditadura militar". Esses termos foram selecionados para buscar artigos que explorassem a relação entre ciência, política, educação e o contexto da ditadura militar no Brasil.

Além da busca nas revistas, durante a segunda etapa enquanto estava realizando uma leitura transversal dos trabalhos pré-selecionados, também realizei a busca por outros materiais de leitura por meio das suas referências bibliográficas. Essa abordagem permitiu ampliar o leque de fontes e aprofundar a pesquisa, identificando obras relevantes relacionadas ao tema em estudo.

É válido destacar que a dificuldade em encontrar trabalhos sobre um tema específico nos periódicos é uma situação comum na pesquisa acadêmica. Nem sempre é fácil encontrar uma quantidade significativa de artigos que abordam diretamente o tema de interesse.

Ao final, realizei a leitura de cerca de 40 trabalhos, sendo 35 artigos, 2 dissertações (partes selecionadas), 2 teses de doutorado (partes selecionadas) e 1 tese de doutorado (completa). Após a leitura, consegui filtrar os trabalhos, deixando 25 artigos, 1 dissertação de mestrado e 2 teses de doutorado.

O processo de filtragem dos trabalhos coletados foi realizado após a leitura transversal. Conforme o trabalho ia evoluindo, consegui visualizar melhor o que gostaria que permanecesse, então foi assim que filtrei os materiais pré-selecionados. Foi removido o que não era compatível com meu tema e mantido aqueles que tinham alguma semelhança até que eu pudesse ter uma leitura minuciosa destes materiais.

Os trabalhos que abordavam o período da ditadura militar, mas não estavam relacionados à educação básica foram excluídos da pesquisa. Isso incluiu estudos sobre a reforma universitária, formação de professores e análises de materiais didáticos da época. Além disso, foram removidos os trabalhos que tinham um enfoque específico em áreas de ensino diferentes das ciências, como por exemplo, os estudos sobre o ensino de história da ditadura militar.

Os trabalhos que permaneceram abordavam especificamente a relação entre educação e ciência durante o período da ditadura militar. Isso incluiu estudos sobre a legislação da educação básica, a participação de estudantes e professores na resistência contra a ditadura, a interação entre educação e o sistema capitalista, bem como o papel da ciência e dos cientistas durante esse período. Esses tópicos foram considerados relevantes para os propósitos deste TCC e foram mantidos na pesquisa.

Neste caso, ter encontrado apenas 23 trabalhos relevantes dentre as 75 revistas pesquisadas indica que a disponibilidade de estudos específicos sobre a relação entre a ditadura militar, a ciência e a educação pode ser limitada.

Entretanto, a busca por trabalhos através das referências bibliográficas dos materiais selecionados foi também uma estratégia importante e válida. Essa abordagem, conhecida como busca por citações, permite identificar estudos relacionados que foram citados pelos autores dos artigos encontrados inicialmente. Dessa forma, foi possível ampliar a busca e descobrir novas fontes relevantes para a pesquisa.

Embora encontrar uma quantidade pequena de trabalhos sobre o tema possa representar um desafio para a pesquisa, o importante é valorizar a qualidade e a relevância dos artigos encontrados. A análise criteriosa e a interpretação dos resultados obtidos, juntamente com a exploração das referências bibliográficas, contribuíram para o embasamento deste trabalho.

É importante ressaltar que a pesquisa bibliográfica é um processo dinâmico e nem sempre linear. A perseverança e a adaptação são essenciais para enfrentar os desafios encontrados durante a busca por materiais relevantes.

7.1 QUADRO DAS REVISTAS PROCURADAS

A seguir está o Quadro 1, que mostra as revistas utilizadas para investigar os trabalhos, separadas em quatro blocos, sendo o primeiro das revistas de Ensino de Ciências, o segundo das revistas de História, o terceiro das revistas de Ciências Humanas e, por último, das revistas de Educação. Em cada bloco, os periódicos estão separados pelo qualis (ano 2020) do lado esquerdo e do lado direito estão quantos trabalhos foram encontrados. Ao final do quadro, há o total de revistas procuradas e trabalhos encontrados.

Quadro 1 - Revistas Pesquisadas

Qualis	Nome da Revista	Quantidade de trabalhos selecionados
Revista de Ensino de Ciências		
A1	Caderno de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)	1
	Ciência e Educação	0
	Educação e Pesquisa	0
	Educação e Sociedade	2
	Educação em Revista	0
	Educar em Revista	0
	Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciência	0
	Meta: avaliação	0
	Pró-posições	0
	Revista Brasileira de Ciência do Esporte	0
	Revista Brasileira de Educação Especial	0
	Revista Brasileira de Ensino de Física	2
A2	Acta Scientiae	0

Qualis	Nome da Revista	Quantidade de trabalhos selecionados
	Alexandria	0
	Amazônia	0
	Anais da Academia Brasileira de Ciências	0
	Areté	0
	Caderno Brasileiro de Ensino de Física	0
	Ciência e Cultura	1
	Comciência	0
	Contexto e Educação	0
	Ensino em re-vista	0
	Ensino, saúde e ambiente	0
	Estudos em Avaliação Educacional	0
	História, Ciência e Saúde	0
	Imagens da Educação	0
	Interfaces Científicas - Educação	0
	Interfaces da Educação	0
	Investigações em Ensino de Ciências	0
	Praxis	0
	Revista Brasileira de Pós-Graduação	0
	Reflexão e Ação	1
	Rencima	0
Revista Brasileira de Ensino	0	

Qualis	Nome da Revista	Quantidade de trabalhos selecionados
	de Ciências e Tecnologias	
	Revista COCAR (UEPA)	1
	Revista Contemporânea de Educação	1
	Revista de Educação, Ciência e Matemática	0
	Revista de Educação do Gageime	0
	Revista Diálogo Educacional	0
	Revista Educação em Questão	0
	Revista Educação Especial	0
	Revista Educação Pública UFTM	
	Revista Eletrônica de Educação	1
	Revista FAEEBA	0
	Revista IBEROAMERICANA	0
	Revista Tempos e Espaços em Educação	0
	Terraes	0
	Trabalho e Educação	0
Vidya	0	
	APEduC	1
Revistas de História		
A1	Albuquerque: revista de história	0

Qualis	Nome da Revista	Quantidade de trabalhos selecionados
	Cadernos de História	1
	Cadernos de História da Educação	0
	Cadernos de História e Filosofia da Ciência	0
	Caminhos da História	0
	Campos da História	0
	Em Tempo de História	0
	Germinal: Marxismo e Educação	0
	História da Educação	1
	História e Ensino	0
	História, Natureza e Espaço	0
	History and Education in Latin American	0
	History of Science	0
	Khronos: História da Ciência	0
	Revista Brasileira da História da Ciência	0
	Revista Brasileira de História Militar	0
Revista de História e Estudos Culturais	1	
Revista de Ciências Humanas		
	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi	1
	Revista Multidisciplinar e de Psicologia	1

Qualis	Nome da Revista	Quantidade de trabalhos selecionados
Revistas de Educação		
A1	Espacio, Tiempo y Educación	1
	Educação em Perspectiva	1
	PERSPECTIVA	1
	Educação	2
	Educação Temática Digital	1
	Averso do Averso	1
TOTAL DE REVISTAS		75
TOTAL DE TRABALHOS ENCONTRADOS		23

Fonte: Elaboração própria.

7.2 QUADRO DOS TRABALHOS SELECIONADOS

No Quadro 2 a seguir estão os trabalhos selecionados para a pesquisa, acompanhados por códigos que referem qual o trabalho que está sendo citado. O código se refere em qual posição o trabalho está no quadro em ordem crescente, portanto T1 se refere ao primeiro trabalho e T28 ao último trabalho.

Quadro 2 - Ficha dos Trabalhos Selecionados

Ficha de Trabalhos			
Cód	Informações		Síntese
T1	Título	O Panorama do Ensino da Ética do Brasil: da Ditadura dos dias atuais	Este artigo analisa o panorama brasileiro da educação e o ensino da Ética, destacando as mudanças históricas, sociais, políticas e econômicas que influenciaram o país. O foco será no estado de São Paulo, desde o período da ditadura até os dias atuais. São discutidas as medidas governamentais e as políticas

	Autor	Mayra Marques da Silva Gualtieri-Kappann; Alonso Bezerra de Carvalho	públicas implementadas nesse contexto, que buscaram atender às demandas da sociedade por uma educação voltada para o desenvolvimento ético dos indivíduos. A pesquisa inclui uma revisão bibliográfica e análise de documentos, que serão apresentados, problematizando questões atuais relacionadas ao tema.
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	UNESP	
	Ano	2016	
	Palavras-chaves	Educação; Ensino; Ética	
	Revista	Educação	
T2	Título	Ditadura Militar brasileira: A Educação como instrumento de Poder	O objetivo deste artigo é investigar como a educação foi utilizada como instrumento político de controle e legitimação de poder durante a ditadura militar brasileira a partir de 1964. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa bibliográfica realizada no Google, utilizando palavras-chave relacionadas aos temas abordados, além da consulta a três livros físicos. Foram selecionados textos produzidos por historiadores, evitando-se materiais que fizessem apologia ao regime autoritário. Após o levantamento bibliográfico, será realizada uma discussão que busca elucidar a questão, com base na convergência dos dados apresentados pelos autores consultados. Conclui-se que o regime militar utilizou a educação como instrumento político por meio da implementação de disciplinas cívicas e ufanistas, controle da produção de materiais didáticos, criação de licenciaturas curtas sem embasamento científico aprofundado e esvaziamento do conteúdo crítico nas disciplinas de humanidades.
	Autor	Gabriel Saldanha Lula de Medeiros	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	
	Ano	2019	
	Palavras-chaves	-	
Revista	Revista Multidisciplinar e de Psicologia		
T3	Título	Education in Brazil between 1930 and 1985: Prioritizing Quantity over Quality	Este texto aborda a expansão do ensino fundamental no Brasil ao longo do período entre 1930 e 1985, analisando o contexto histórico e pedagógico que influenciou esse

		in Educational Expansion	<p>processo. A pesquisa se baseia nas Leis nº 4.024/61 e nº 5.692/71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e adota uma abordagem qualitativa com evidências documentais e bibliográficas. O estudo conclui que a política educacional da ditadura militar após os anos 1960 foi apoiada por essas leis, buscando a expansão de vagas no ensino fundamental com foco nas qualificações mínimas para o mercado de trabalho. Priorizou-se a quantidade em detrimento da qualidade da educação, considerando a formação de recursos humanos como uma forma de garantir a produtividade e atender às demandas do mercado capitalista, bem como aumentar os salários e distribuir renda para as elites.</p>
	Autor	Gustavo Cunha de Araújo	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Universidade Federal do Tocantins - UFT	
	Ano	2021	
	Palavras-chaves	Elementary school. Brazilian education. Educational legislation. Educational expansion. Primary education.	
T4	Título	O currículo escolar nas leis 5692/71 e 9394/96: questões teóricas e de história	<p>O objetivo deste trabalho é realizar uma abordagem sintética das leis 5692/71 e 9394/96, que tratam especificamente das questões curriculares e são centrais na configuração do panorama educacional brasileiro. Essas leis são resultado de uma identidade política nacional exigida em contextos históricos específicos. Serão analisados alguns aspectos dessas leis relacionados às propostas curriculares legais, levando em consideração a devida contextualização histórico-social em que foram elaboradas e a não-neutralidade curricular decorrente dessa contextualização. O objetivo é refletir sobre como o direcionamento legal influencia, mesmo que implicitamente, o posicionamento político brasileiro no campo educacional, colocando em pauta a educação como um produto imediato das necessidades econômicas e sociais do país em desenvolvimento.</p>
	Autor	Fernanda Pinheiro Mazzante	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	ASPHE - FAE - UFPEL	
	Ano	2005	
	Palavras-chaves	currículo; lei 5692/71; LDB	
	Revista	História da Educação	

T5	Título	O discurso pedagógico na ditadura militar: educação moral e cívica & currículo escolar	Este artigo tem como objetivo realizar uma análise qualitativa do discurso pedagógico utilizado na disciplina de Educação Moral e Cívica durante o regime militar no Brasil. Será realizado um estudo de caso sobre o livro didático "Educação Moral e Cívica", escrito por Otto Costa, Felipe N. Moschini e José C. Paixão, utilizado na época. Utilizando a abordagem da Análise de Discurso de linha francesa, o estudo busca mostrar os efeitos de sentido produzidos pelo sujeito discursivo e seu interlocutor, examinando as diferentes formações discursivas presentes, o processo de interpelação do sujeito pela ideologia e o conceito de interdiscurso/memória discursiva.
	Autor	Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas; Alexandre Kerson de Abreu	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	
	Ano	2016	
	Palavras-chaves	discurso pedagógico; análise de discurso; currículo; educação moral e cívica	
	Revista	Educação	
T6	Título	O LEGADO DA DITADURA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	O legado da ditadura militar no Brasil é composto por dois elementos principais: a estreita relação entre Estado e capital e a busca pela regeneração moral tanto do indivíduo quanto da sociedade. O primeiro elemento se manifestou por meio de programas de bolsas de estudos em escolas privadas de ensino básico para estudantes de baixa renda. Essa simbiose entre Estado e capital continuou no ensino superior através do Programa Universidade para Todos, iniciado em 2005. O segundo elemento consiste na atribuição da educação, especialmente da educação pública, como instrumento de regeneração dos indivíduos e da sociedade, considerando que valores básicos de sociabilidade, especialmente os valores morais cristãos, teriam sido perdidos. Essa ideologia teve na Escola Superior de Guerra a sua principal fonte, por meio do
	Autor	Luiz Antônio Cunha	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	
Ano	2014		

	Palavras-chaves	Ditadura e Educação; Público e Privado; Educação e Moral	ensino da Educação Moral e Cívica. Vários projetos de lei têm como objetivo retomar essa abordagem educacional em padrões semelhantes.
	Revista	Revista Educação e Sociedade	
T7	Título	A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos	O objetivo deste estudo bibliográfico foi percorrer a trajetória da educação brasileira durante o período militar, buscando compreender o contexto e as influências exercidas sobre o sistema educacional. Em particular, o foco foi analisar como se deu a educação de crianças e pré-adolescentes de 7 a 14 anos. A escolha desse período se justifica pelo fato de que, entre as décadas de 1964 e 1985, foram implementadas iniciativas para normatizar a educação no país, especialmente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para o ensino de 1º e 2º graus em 1971. Além disso, nesse período, foi constatado que a obrigatoriedade do ensino fundamental de fato se concretizou, teoricamente ampliando sua duração de 4 para 8 anos. Foi observado que a educação segue as leis estabelecidas no país, mas o seu progresso depende, principalmente, da forma como essas leis são efetivamente implementadas na prática.
	Autor	Renata Machado de Assis	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Universidade Federal de Goiás	
	Ano	2012	
	Palavras-chaves	educação; legislação brasileira; ditadura militar	
	Revista	Educação em Perspectiva	
T8	Título	A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso	O objetivo deste texto é discutir a contrarreforma do Ensino Médio implementada pelo atual governo brasileiro, por meio da Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. O artigo argumenta que essa lei possui o mesmo espírito das políticas educacionais adotadas no Ensino Médio durante a ditadura varguista, a ditadura militar e os anos 1990. A compreensão é de que essa reforma não apenas apresenta um conteúdo que tende a aprofundar as
	Autor	Eliza Bartolozzi Ferreira	
	Tipo de trabalho	Artigo	

	Instituição	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	desigualdades educacionais, mas também foi concebida por um grupo restrito de atores com fortes vínculos com interesses privatistas. Em contraste, o texto destaca que durante o período democrático-popular (2003-2015), foram implementadas políticas de inclusão social e de participação dos diversos segmentos da sociedade, diferentemente da atual contrarreforma do Ensino Médio.
	Ano	2017	
	Palavras-chaves	Ensino Médio; Contrarreforma; Desigualdades escolares	
	Revista	Revista Educação e Sociedade	
T9	Título	Educação Moral e Cívica na ditadura militar brasileira: uma tentativa de legitimar o poder (1969-1971)	Este trabalho investigou como o governo militar (1964-1985) utilizou a disciplina escolar de Educação Moral e Cívica, por meio do livro didático "Educação Moral, Cívica e Política", para legitimar suas ideias e propostas perante os alunos e a sociedade. A disciplina foi implantada e tornada obrigatória pelo Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Além de buscar legitimar o poder do regime, a Educação Moral e Cívica tinha como objetivo formar o "bom cidadão" que cumprisse seus deveres, promovendo a ideia de um Estado Democrático no Brasil. A disciplina permaneceu no currículo oficial e como prática educativa em todos os níveis de ensino por 24 anos, até ser revogada pela Lei nº 8.663 em 1993.
	Autor	Bruno Paviani	
	Tipo de trabalho	Trabalho Completo	
	Instituição	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	
	Ano	2014	
	Palavras-chaves	Ditadura Militar; Educação Moral e Cívica, Livro Didático	
Congresso	XV Encontro Estadual de História		
T10	Título	O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário	Este artigo explora o discurso político autoritário sobre a educação no Brasil e suas consequências nas políticas educacionais após o golpe de 1964. Embora focado nesse período, o texto remonta aos anos 1930 para examinar a formação de um imaginário social em relação ao papel das Forças Armadas, especialmente o Exército, no desenvolvimento do país. Ao longo do tempo, um pensamento militar foi se consolidando,
	Autor	José Willington Germano	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Unicamp	

	Ano	2008	associado à ordem e ao progresso, que moldou a visão da sociedade brasileira e do Estado como fundamentais para o avanço nacional, com a educação desempenhando um papel central nesse projeto nacional defendido pelos militares. As intervenções militares no cenário político, a partir do Estado Novo (1937-1945), foram conservadoras e voltadas para a "salvação" do país, destacando-se a ideia do Exército como educador do povo, além de suas funções militares.
	Palavras-chaves	Brasil. Autoritarismo militar. Discurso político. Educação	
	Revista	Caderno CEDES	
T11	Título	Ditadura e educação, conexões a serem ressignificadas	Nas últimas quatro décadas do século XX, o processo educacional brasileiro foi profundamente impactado pela ditadura militar, que impôs um discurso de liberdade de mercado e suprimiu a criação de universidades voltadas para a pesquisa. O Estado autoritário impôs currículos utilitários que negavam a cidadania e justificavam a repressão. A redemocratização ocorreu com a decomposição do crescimento econômico, a reorganização da sociedade civil e a participação dos movimentos sociais. No campo da educação, surgiram novas alternativas, desde a recuperação da educação popular até novas atividades de pesquisa. Este texto resgata os princípios dos direitos humanos como fundamentais para um processo educativo voltado para a emancipação dos educadores e dos educandos, em diálogo com a sociedade.
	Autor	Solon Eduardo Annes Viola; Paulo Peixoto de Albuquerque	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Universidade Federal do Vale do Rio dos Unisinos; Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
	Ano	2015	
	Palavras-chaves	Pedagogia do Medo; Direitos Humanos; Educação Emancipatória	
Revista	Revista Reflexão e Ação		
T12	Título	Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura	Este artigo examina a Lei n. 5.692/71, uma das principais políticas educacionais da ditadura brasileira (1964/1986), que estabeleceu a profissionalização universal e compulsória no ensino médio. Houve
	Autor	Luiz Antônio Cunha	

	Tipo de trabalho	Artigo	resistência por parte dos estudantes, administradores educacionais e empresários do ensino, e essa resistência se intensificou em 1974, quando a crise econômica global e a vitória do partido de oposição nas eleições legislativas sinalizaram o declínio do regime. Em resposta, várias decisões do Conselho Federal de Educação reinterpretaram a lei e alteraram seu propósito, enfraquecendo o caráter profissional do ensino médio.
	Instituição	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	
	Ano	2014	
	Palavras-chaves	Política educacional; ditadura; educação profissional	
	Revista	Cadernos de Pesquisa	
T13	Título	O ensino de 2º grau no contexto da ditadura civil-militar no Brasil: a dualidade educacional na lei no 5.692/1971	Este estudo analisa a Lei no 5.692/1971, que refletiu os interesses da ditadura civil-militar no Brasil ao introduzir o ensino profissionalizante no ensino médio. A abordagem qualitativa utilizou fontes bibliográficas e históricas para discutir a dualidade do ensino médio no contexto dessa lei. Os resultados mostraram que o ensino médio durante a vigência da lei tinha uma abordagem liberal. O estudo destacou a importância da educação politécnica e omnilateral como caminhos a serem seguidos no ensino atual, especialmente no ensino médio, a fim de superar a histórica dualidade presente nesse nível de ensino.
	Autor	FERNANDES, Aleksandra Nogueira de Oliveira; FERNANDES, Stenio de Brito; PAIVA, Marlúcia Menezes de.	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	-	
	Ano	2022	
	Palavras-chaves	Lei no 5.692/1971; ensino médio; dualidade; politecnia.	
	Revista	Dialogia	
T14	Título	O Retrocesso da reforma do EM, a BNCC, o Neoliberalismo educacional e a marginalização do IFs	Este artigo analisa e discute as principais justificativas governamentais para a política pública educacional da Reforma do Ensino Médio, implementada em 2017, e a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC-EM), estabelecida em 2018.

	Autor	ESQUINSANI, R. S. S.; CRUZ SOBRINHO, S.	<p>Examina o conflito entre a compreensão de Educação para a Formação Integral, expressa no Art. 205 da Constituição Federal de 1988, e a ideia em desenvolvimento de uma educação mercantilista neoliberal. Destaca o retrocesso do "Novo Ensino Médio" em comparação com as reformas realizadas durante a ditadura militar e com reformas internacionais, como as ocorridas na França e nos Estados Unidos. A pesquisa fundamenta-se na análise dos argumentos apresentados na exposição de motivos para a Lei 13.415/2017, declarações do governo (MEC) na mídia, estudos e relatórios sobre o tema, além do embasamento teórico de autores como Dardot, Laval e outros. Conclui refutando a lógica neoliberal da reforma do ensino médio e do currículo por habilidades e competências na BNCC. Sugere a retomada e ampliação da experiência dos Institutos Federais (IFs) como uma alternativa que visa promover a formação integral e a integração da educação profissional ao ensino médio na rede pública de ensino.</p>
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	-	
	Ano	2020	
	Palavras-chaves	Reforma do Ensino Médio, BNCC, Neoliberalismo, Institutos Federais – Ifs.	
	Revista	Inter-Ação	
T15	Título	A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): espaço de disputas	<p>Esta tese tem como objetivo discutir a legislação da educação brasileira durante a ditadura militar (1964-1985), que foi resultado de intensas lutas políticas. A política educacional adotada durante esse período abrangeu todos os níveis de ensino e foi influenciada por acordos com a USAID, além de leis e políticas impostas pela ditadura. Foi analisada a atuação dos empresários na articulação dos interesses capitalistas tanto dentro das agências estatais como na sociedade civil. Por outro lado, professores e estudantes resistiram de forma combativa por meio de movimentos autônomos, desempenhando um papel crucial</p>
	Autor	Alexandre Tavares do Nascimento Lira	
	Orientador(a)	Prof. Dr. Luiz Carlos Soares	
	Tipo de trabalho	Tese	

	Instituição	Universidade Federal Fluminense	na luta contra a ditadura militar no Brasil.
	Ano	2010	
T16	Título	Uma interpretação da educação em ciências no Brasil a partir da perspectiva do currículo como prática cultural	Neste estudo, são analisadas as políticas curriculares implementadas desde a década de 70 até os dias atuais, com foco nas interações entre o conhecimento científico e os conhecimentos dos alunos, nas relações do currículo com a sociedade e no papel da ciência de forma universal no currículo. Percebe-se que a formação para o trabalho continua sendo o objetivo central em todas as legislações, apesar das reformas e reestruturações. A ciência é destacada como o principal elemento para a redefinição do ensino das ciências, muitas vezes ignorando a diversidade cultural presente na escola. Além disso, são observados discursos anticientíficos moldados nos meios digitais, representando mais uma cultura em disputa no contexto escolar.
	Autor	Fernanda Ostermann; Flávia Rezende	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
	Ano	2020	
	Palavras-chaves	políticas curriculares; teoria pós-coloniais; universalidade da ciência; ensino médio	
Revista	APEduC Revista		
T17	Título	Science Teacher Education in Brazil: 1950-2000	Este artigo examina os eventos mais relevantes ocorridos no Brasil nos últimos cinquenta anos nas áreas educacional, social e política, considerando também acontecimentos globais importantes. A hipótese central é que as relações entre as políticas educacionais, as demandas acadêmicas e o sistema de ensino público no país têm sido marcadas por tensões. Essa tensão tem tido um impacto positivo no desenvolvimento do conhecimento e na produção acadêmica, na elaboração de projetos curriculares mais atualizados pelas autoridades institucionais e no reconhecimento da construção do conhecimento escolar pelo próprio sistema de ensino. No entanto, a interação entre essas instituições fundamentais carece de um
	Autor	Alberto Villani; Jesuina Lopes de Almeida Pacca; Denise de Freitas	
	Tipo de trabalho	Artigo	

	Instituição	Universidade de São Paulo (USP)	elemento crucial: a participação genuína dos professores de ciências. Essa participação seria fundamental para promover uma mudança efetiva na formação desses professores e ter um impacto positivo nas escolas brasileiras. Com essa análise, o objetivo é contribuir oferecendo perspectivas e propostas para a formação de professores de ciências no Brasil.
	Ano	2007	
	Palavras-chaves	-	
T18	Título	O professor e o Currículo de Ciências: Capítulo 1: A evolução no ensino das ciências no período 1950-1985	Este texto é referente ao primeiro capítulo do livro <i>O Professor e o Currículo de Ciências</i> no qual faz um apanhado da evolução do ensino de ciências da década de 1950 até o fim da ditadura militar em 1985, sendo o capítulo dividido da década de 50 até 60, de 60-70 e 70-85. O texto analisa algumas transformações referentes ao currículo escolar e relaciona essas mudanças que ocorreram no ensino de Ciências nesses 35 anos ao papel atribuído às disciplinas científicas na formação dos alunos.
	Autor	Krasilchik, M.	
	Tipo de trabalho	Livro	
	Ano	1987	
	Editora	EDUSP	
T19	Título	Não verás ciência alguma: educação na ditadura militar brasileira	Este artigo utiliza a denúncia literária presente no romance "Não Verás País Nenhum" de Ignácio de Loyola Brandão para analisar as estratégias adotadas pela ditadura militar brasileira para negar a ciência como objeto de educação e examinar os impactos na formação e no desenvolvimento científico durante esse período. A pesquisa bibliográfica é empregada como metodologia. O estudo argumenta que o regime militar utilizou o silêncio e a desconstrução das possibilidades de uma formação discursiva da ciência como estratégias para negar sua importância no campo educacional. Essas estratégias resultaram no enfraquecimento do papel do cientista, no fechamento de institutos
	Autor	Adalberto Diehl Rodriguez	
	Tipo de trabalho	Artigo	

	Instituição	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	científicos, na criação de organizações predominantemente técnicas e na promoção de uma mentalidade "brasileirista" em detrimento das atividades da <i>intelligentsia</i> nacional. O artigo conclui que o regime ditatorial estabeleceu uma pedagogia em que o ser humano é tratado como capital, em um processo de ensino tecnicista focado apenas nas habilidades necessárias para o mercado de trabalho, restringindo o conhecimento científico ao mero saber fazer.
	Ano	2014	
	Palavras-chaves	Educação; Ciência; Ditadura Militar; Universidade brasileira.	
	Revista	Revista de Educação Ciência e Tecnologia	
T20	Título	Educação científica e cultura política democrática	A pesquisa tem como objetivo compreender como os elementos de formação política estão presentes nos currículos do Ensino de Ciências nas séries iniciais e discutir a possibilidade de contribuição da Educação Científica para promover uma cultura política democrática. Utilizando a abordagem da produção de políticas públicas proposta por Stephen Ball e colaboradores como referencial teórico-metodológico, a investigação analisa os contextos de influência, o texto e a prática como quadros de referência para analisar a interpretação e a tradução dos elementos de formação política na prática dos professores. Os resultados destacam a constituição de redes heterogêneas e móveis de políticas que introduzem a ideia de formação de uma cultura de performatividade/meritocracia na educação, influenciada pelo neoliberalismo/libertarianismo. O projeto político pedagógico é identificado como elemento recontextualizador que reflete as políticas educacionais e fatores contextuais e institucionais. Os professores entrevistados consideram a formação acadêmica e sociopolítica como elementos importantes para interpretar as demandas das políticas e
	Autor	Edgar Miranda da Silva	
	Orientador(a)	Profª Drª Rita Vilanova Prata	

	Tipo de trabalho	Tese de doutorado	orientar suas práticas de formação política dos alunos. O principal impasse mencionado é a presença de discursos conservadores que limitam discussões políticas e de gênero nas aulas de ciências. Os professores utilizam estratégias e dinâmicas de promoção do debate político para questionar e problematizar os produtos e conhecimentos científicos, ampliando o escopo da educação científica. No entanto, reconhece-se que o ensino de ciências tem limites na formação política dos alunos e na construção da democracia, pois esse processo ocorre em diversos âmbitos da sociedade, como o trabalho, a família e associações.
	Instituição	Universidade Federal do Rio de Janeiro	
	Ano	2019	
T21	Título	Sobre a relação entre regimes políticos e desenvolvimento científico: apontamentos para um estudo sobre a história da C&T durante o regime militar brasileiro	Este trabalho consiste em uma revisão preliminar da literatura que explora as relações entre regimes políticos, especialmente regimes autoritários, e o desenvolvimento científico e tecnológico. O estudo questiona a ideia comum de que a democracia política é um requisito essencial para o avanço da ciência, apontando para a falta de sustentação adequada dessa visão na historiografia científica.
	Autor	Olival Freire Junior	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	
	Ano	2007	
	Palavras-chaves	História da Física Brasileira; Ciência e	

		Estado; Ciência e Democracia	
	Revista	Revista de História e Estudos Culturais	
T22	Título	Wheeler, Tiomno e a Física Brasileira	Este artigo analisa as relações entre o físico norte-americano John Archibald Wheeler e o físico brasileiro Jayme Tiomno. Ele destaca a imagem de Tiomno como um dos principais físicos teóricos de sua geração e ressalta os impactos negativos causados pelo regime militar brasileiro (1964-1985) no desenvolvimento da ciência no país, que são ainda mais significativos do que geralmente reconhecidos.
	Autor	José Maria Filardo Bassalo; Olival Freire Junior	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Universidade Federal da Bahia	
	Ano	2003	
	Palavras-chaves	-	
	Revista	Revista Brasileira de Ensino de Física	
T23	Título	Ciência e política durante o regime militar (1964-1985): a percepção dos físicos brasileiros	Este estudo apresenta uma nota de pesquisa que analisa uma fonte de história oral em andamento. A fonte consiste em entrevistas com físicos brasileiros que atuaram durante o regime militar no Brasil. Até o momento, foram realizadas entrevistas com 14 físicos, e o projeto pretende chegar a um total de 25 entrevistas. O objetivo é construir uma narrativa abrangente que explore os conflitos entre o autoritarismo político e o apoio ao desenvolvimento científico, além de descrever as transformações ocorridas na comunidade de físicos nesse contexto.
	Autor	Olival Freire Junior; Antonio Augusto Passos Videira; Aurino Ribeiro Filho	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	UFBA; UFRJ	
	Ano	2009	
	Palavras-chaves	História da física; Regime Militar; Ciência; Política	

	Revista	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas	
T24	Título	Olhares sobre a Capes: ciência e política na ditadura militar (1964-1985)	Este artigo aborda a institucionalização da ciência no Brasil e seu contexto político durante o regime militar (1964-1985). Ele examina as complexidades envolvidas no estudo da história da ciência nesse período, considerando a dualidade de memória em relação ao regime e a ambivalência política em relação aos intelectuais. O artigo também discute como a ciência foi organizada e influenciada pela doutrina de segurança nacional dentro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
	Autor	Caio Fernandes Barbosa	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	
	Ano	2009	
	Palavras-chaves	Brasil; governo militar (1964-1985); ciência; CAPES	
	Revista	Revista de História, 1, 2 (2009), pp. 99-109	
T25	Título	O papel da C&T nos anos de chumbo: esboço sobre a “modernização brasileira” durante o regime autocrata-burguês	Este estudo investiga como o Brasil promoveu o fomento e o desenvolvimento da tecnologia e ciência durante o Regime Civil-Militar (1964-1985). O foco está nas políticas educacionais e no papel do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como impulsionadores do progresso e da "modernização conservadora" do país no campo técnico e científico. O artigo também analisa os efeitos dessa modernização, considerando as políticas repressivas impostas pela ditadura e suas implicações sociais. Além disso, avalia se os avanços alcançados foram significativos e abrangentes em todo o país ou se foram restritos a regiões específicas e a setores sociais específicos.
	Autor	Thiago Willian Silva; Fernando /Leitão Rocha Júnior; Altamir Fernandes de Oliveira	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	
	Ano	2015	

T26	Título	História Política e Cultural da Ciência Brasileira no Período da Ditadura Militar	O tema abordado neste projeto de pesquisa é a relação entre a política do regime militar brasileiro e a aquisição de conhecimento e equipamentos para departamentos e institutos de pesquisa durante o período da Ditadura Militar. O objetivo é compreender o estágio da cultura científica e tecnológica no ensino e na pesquisa realizados no Brasil nesse período. A pesquisa se baseará em um recorte temporal específico, abrangendo os anos 1964 a 1985, com ênfase nos anos 60 e 70. Para a análise mais aprofundada das dimensões políticas e culturais, foi escolhida a Universidade Federal do Rio de Janeiro como objeto de estudo. Durante um ano, foram buscadas fontes que auxiliem na compreensão dessa relação e na construção de um olhar mais detalhado sobre o assunto.
	Autor	Elias da Silva Maia	
	Tipo de trabalho	Trabalho Completo	
	Instituição	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	
	Ano	2011	
	Palavras-chaves	-	
	Congresso	Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH	
T27	Título	A CIÊNCIA, A DITADURA E OS FÍSICOS	Este artigo descreve e reflete sobre políticas instauradas no período da ditadura militar brasileira que afetaram a ciência e os cientistas da época, em particular, os físicos, tomando como base depoimentos de 61 cientistas relatados pelo livro Cientistas do Brasil, publicado pela SBPC em 1998, no qual 7 desses cientistas são físicos. Destacando também, em especial, as políticas que afetaram diretamente o Instituto de Física da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ) criada no mesmo ano do golpe e que, em seus primeiros anos, esteve fortemente marcada pelo período ditatorial.
	Autor	Ildeu de Castro Moreira	
	Tipo de trabalho	Artigo	
	Instituição	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	
	Ano	2014	
	Palavras-chaves	Golpe Militar, Golpe De 1964, Sociedades Científicas, Censura	
	Revista	Ciência e Cultura	

T28	Título	Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964 - 1979)	A dissertação tem como objetivo realizar um mapeamento das perseguições sofridas pelos físicos brasileiros durante o período da ditadura militar, com enfoque especial nos anos de 1964 a 1979. Desde o início do golpe, no primeiro ano, físicos proeminentes como Mário Schenberg e José Leite Lopes foram encarcerados. Essas perseguições políticas resultaram na desarticulação de um grupo importante de físicos que estavam se formando na Universidade de Brasília, sob a liderança de Roberto Salmeron e Jayme Tiomno. No entanto, os momentos mais difíceis ocorreram após a implementação do Ato Institucional nº 5 em 1968.
	Autor	José Eduardo Ferraz Clemente	
	Orientador(a)	Prof. Dr. Olival Freire Junior	
	Tipo de trabalho	Dissertação	
	Instituição	UFB	
	Ano	2005	

Fonte: Elaboração própria.

7.3 CATEGORIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Através da seleção dos trabalhos apresentados no Quadro 2 acima, realizei a organização deles em três blocos diferentes, chamados Educação na Ditadura Militar (EDM), Ensino de Ciências na Ditadura Militar (ECDM) e Ciência e Tecnologia na Ditadura (CTDM) a fim de visualizar melhor quantos trabalhos existem em cada uma dessas três áreas para posteriormente organizá-los em categorias que serão apresentadas em seguida.

Quadro 3: Organização dos trabalhos selecionados nos três blocos

Blocos	Código do Trabalho	Quantidade de Trabalhos
EDM	T1; T2; T3; T4; T5; T6; T7; T8; T9; T10; T11; T12; T13; T14; T15	15
ECDM	T16; T17; T18; T19; T20	5
CTDM	T21; T22; T23; T24; T25; T26; T27; T28	8

Fonte: Elaboração própria.

Também é possível categorizar os trabalhos com base nas informações neles contidas. Com isso, foram estabelecidas as categorias a seguir, levando em consideração as discussões presentes nos trabalhos. A categorização possibilitará a classificação dos assuntos neles abordados e a organização das discussões, considerando nossa análise do período da ditadura militar brasileira.

a) Reflexão sobre Ciência e Tecnologia na Ditadura Militar:

Foram classificados nesta categoria os trabalhos que se dedicaram a realizar reflexões e discussões a respeito da ciência como um todo na ditadura militar, abordando questões como a desconstrução do papel da ciência, o esvaziamento do nicho profissional do cientista, o fechamento de diversas instituições e o tecnicismo compulsório que afetaram a sociedade no período.

b) Reflexão sobre Ensino de Ciências na Ditadura Militar:

Nesta categoria foram inseridos os trabalhos que se dedicaram a realizar discussões e fazer reflexões a respeito do Ensino de Ciências na ditadura.

c) Reflexão sobre a Política Educacional na Ditadura Militar:

Nesta categoria estão os trabalhos que se dedicaram em fazer descrições do ensino primário e secundário, além de reflexões a respeito da educação e da política educacional do período.

d) Legislação da Educação na Ditadura Militar:

Nesta categoria foram inseridos os trabalhos relacionados à legislação da educação durante o período da ditadura militar, ou seja, aqueles que se dedicaram a escrever sobre as principais leis propostas para a reforma do ensino. Por exemplo a Lei nº 5692/71 ou mesmo a Lei nº 4024/61, que apesar de não ter sido elaborada no período da ditadura, estava em vigor quando houve o golpe.

e) Desdobramentos para a educação pós Ditadura Militar:

Foram inseridos nesta categorias aqueles trabalhos que se dedicaram a estudar o legado da ditadura militar na educação e na ciência que são percebidos até os dias atuais,

podendo conter obras que tratam sobre algumas disciplinas da ditadura que foram desmanchadas em novas disciplinas que ainda estão no currículo vigente, até trabalhos que trazem a reforma do novo ensino médio e suas ligações com a legislação educacional da ditadura.

f) Comentários sobre a lacuna existente nas pesquisas sobre a Ditadura Militar:

Esta categoria foi criada para explicitar os trabalhos que explicitam, mesmo que de forma superficial, a escassez de pesquisa relacionadas à educação, ensino de ciências e ciência e tecnologia durante o período militar.

Com base nas categorias, elaborei o Quadro 4 (abaixo), classificando os trabalhos. Nele está inserido a quantidade de trabalhos em cada categoria; o código das categorias, sendo a Categoria A: Reflexões sobre a Ciência na Ditadura Militar intitulada como CA e assim por diante; o código dos trabalhos e a quais blocos eles pertencem.

Quadro 4: Trabalhos categorizados

Categorias	Código da Categoria	Qtde de Trabalhos	Código dos Trabalhos	EDM	ECDM	CTDM
Reflexão sobre Ciência e Tecnologia na DM	CA	7	T22 - T23 - T24 - T25 - T26 - T27 - T28	0	0	7
Reflexão sobre Ensino de Ciências na DM	CB	5	T16 - T17 - T18 - T19 - T20	0	5	0
Reflexão sobre a Educação na DM	CC	11	T1 - T2 - T5 - T6 T7 - T9 - T10 - T11 - T12 - T13 - T15	11	0	0
Legislação da Educação na DM	CD	12	T1 - T3 - T4 - T7 - T8 - T9 - T12 - T13 - T14 - T15 - T16 -	10	2	0

			T18			
Desdobramentos para a educação pós Ditadura Militar	CE	7	T1 - T4 - T6 - T8 - T14 - T15 - T16	6	1	0
Comentários sobre a lacuna existente nas pesquisas sobre a DM	CF	3	T25 - T26 - T27	0	0	3

Fonte: Elaboração própria.

8. ASPECTOS EDUCACIONAIS E CIENTÍFICOS DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

A seguir, serão apresentadas as discussões realizadas nos trabalhos analisados, separadas conforme as categorias elaboradas.

8.1 A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA DITADURA MILITAR

O projeto concebido pelos militares tinha como objetivo central promover o aperfeiçoamento humano e a modernização por meio do avanço científico e tecnológico, reconhecidos como pilares essenciais para o desenvolvimento nacional. A ditadura militar direcionou esforços significativos para impulsionar o país em direção ao status de potência, reconhecendo a importância da inter-relação entre ciência, tecnologia e educação. O desenvolvimento científico e tecnológico foi considerado um elemento crucial para superar o atraso econômico e social do Brasil, visando alavancar seu progresso em diversas áreas.

Nesse contexto, o desenvolvimento científico e tecnológico durante o período estudado pode ser considerado como um precursor do atual padrão tecnológico e científico observado no Brasil. A investigação da história relacionada à ciência, tecnologia e educação nessa época, que apresenta uma lacuna significativa na narrativa histórica do país, contribui ainda mais para uma compreensão efetiva da política científica e tecnológica adotada pelo Estado entre as décadas de 1960 e 1980. Conforme destacado por Clemente (2005, p.6), “as relações entre ciência e política durante a ditadura militar instaurada no Brasil entre 1964 e 1985, são um objeto de estudo interessante e necessário, visto que existem lacunas sobre o tema na historiografia.”

Conforme observado por Moreira (2014), a comunidade científica e suas entidades representativas enfrentavam ambiguidades decorrentes da política aparentemente paradoxal do regime militar. Por um lado, o regime demonstrava apoio à pesquisa e à pós-graduação, investindo recursos significativos, estabelecendo planos nacionais de desenvolvimento e buscando atrair cientistas estrangeiros. Por outro lado, também promovia um processo de reforma universitária que gerava impactos e questionamentos dentro desse meio acadêmico. Essas contradições eram evidentes e influenciavam o ambiente científico e tecnológico durante o período analisado.

Conforme destacado por Freire Junior et al. (2009), a relação entre política e ciência para a comunidade de físicos brasileiros no período estudado estava ligada tanto ao desenvolvimento científico quanto à defesa das liberdades políticas. No entanto, essa articulação muitas vezes resultou em perdas significativas para as carreiras dos físicos, além de criar barreiras para o progresso da própria ciência. A repressão política afetou os profissionais, levando a cassações, demissões, aposentadorias forçadas, mudanças de atividades, asilo ou fuga para o exterior. Esse esvaziamento teve um impacto direto na formação de novos cientistas, prejudicando a renovação do pessoal qualificado nos laboratórios de pesquisa. Um exemplo citado por Rodriguez (2014) é o caso da Fiocruz, que perdeu metade de seu quadro de pesquisadores entre as décadas de 1960 e 1970, comprometendo assim sua capacidade de produção científica. A falta de recursos e o contexto repressivo resultaram em um cenário desafiador para a comunidade científica e para a formação de novos profissionais.

A perda de especialistas e a consequente descontinuidade de linhas de pesquisa e fechamento de laboratórios tiveram um impacto significativo em diversas áreas científicas, afetando especialmente instituições de pesquisa. No caso da já mencionada Fiocruz, que desempenhava um papel fundamental no combate às doenças epidemiológicas no país, o desmonte dessas promovido resultou na desarticulação dos pesquisadores, na perda de infraestrutura e na redução das equipes de pesquisa. Isso teve um efeito negativo na saúde pública, conforme destaca Oliveira (2014) “quando você desmonta iniciativas de pesquisa, desmonta também os pesquisadores, a infraestrutura e a equipe de pesquisa. Não sobra nada. Com o tempo, houve no Brasil aumento dos índices de doença de Chagas, malária e a evolução de uma epidemia de meningite”.

Além das implicações para a Fiocruz, a ditadura militar também teve um impacto na Sociedade Brasileira de Física (SBF), que foi criada durante esse período, em 1966. A SBF teve uma atuação política intensa, sendo que vários membros de sua direção enfrentaram prisões e perseguições políticas. Essa atuação política da SBF refletiu o engajamento de alguns físicos brasileiros diante das restrições e repressões impostas pelo regime militar. A participação desses profissionais na luta por liberdades políticas demonstrou a importância que eles atribuíam não apenas ao desenvolvimento científico, mas também à defesa dos princípios democráticos e dos direitos humanos.

Como consequência do AI-5, várias medidas foram tomadas para restringir e reprimir os cientistas no Brasil durante a ditadura militar. No dia 25 de abril de 1969, por exemplo, 41 professores universitários foram aposentados prematuramente como forma de punição, entre eles, os físicos Mario Schenberg, Elisa Esther Frota Pessoa, Jaime Tiomno, José Leite Lopes, Plínio Sussekind da Rocha, Sarah de Castro Barbosa. Essa aposentadoria forçada afetou significativamente a comunidade científica do país, resultando na perda de profissionais experientes e talentosos (MOREIRA, 2014).

Segundo Moreira (2014), em novembro de 1969, o Boletim da Sociedade Brasileira de Física (SBF) registrou os protestos internacionais contra essas aposentadorias arbitrárias. Diversos cientistas renomados, incluindo ganhadores do Prêmio Nobel, manifestaram seu repúdio a essa medida, como evidenciado pela carta da Société Française de Physique e pelas notícias publicadas nas revistas *Nature* e *Physics Today*. Essas manifestações internacionais destacaram a solidariedade e o reconhecimento da comunidade científica global em relação aos pesquisadores brasileiros afetados pela repressão do regime militar.

Durante uma reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) realizada em julho de 1975, os participantes receberam a notícia de que o governo do presidente Ernesto Geisel havia firmado um acordo com a Alemanha para a construção de usinas nucleares no Brasil. Essa informação gerou protestos e manifestações por parte dos presentes, que expressaram seu repúdio e exigiram uma postura mais firme em relação ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

A mobilização da comunidade dos físicos e a posição crítica adotada pelos cientistas brasileiros em relação a esse acordo foram de grande importância política. A SBPC aprovou oficialmente essa posição crítica, demonstrando a união e o compromisso dos cientistas na defesa de uma política nuclear mais transparente e alinhada com os interesses nacionais. A manifestação da comunidade científica evidenciou a importância de se considerar não apenas os aspectos técnicos e científicos, mas também os impactos políticos e sociais envolvidos nas decisões relacionadas à ciência e tecnologia no país.

Em resposta a essa situação, a comunidade brasileira de físicos se envolveu ativamente nas discussões sobre a responsabilidade energética do país nos anos seguintes. Conforme apontado por Salinas (2001), durante o período de 1978 a 1988, aproximadamente

cinquenta trabalhos foram publicados no Boletim da SBF abordando a questão energética e o acordo nuclear. Esses trabalhos não apenas discutiam aspectos técnicos e científicos, mas também abordavam questões políticas e sociais relacionadas, incluindo a divulgação da existência de um “programa nuclear paralelo” com finalidades militares, como mencionado por Moreira (2014).

Essas publicações refletem o certo compromisso dos físicos brasileiros na busca por transparência e responsabilidade no setor energético do país, levantando questões críticas e promovendo o debate sobre o acordo nuclear e suas implicações. A participação ativa da comunidade de físicos nessas discussões demonstra sua preocupação com as questões relacionadas à energia e a necessidade de considerar não apenas os aspectos científicos e tecnológicos, mas também os impactos políticos e militares envolvidos nesse contexto.

Além das discussões sobre a questão energética, a comunidade de físicos brasileiros também se envolveu em debates relacionados ao desarmamento nuclear e à não proliferação de armas nucleares. Em novembro de 1984, foi emitida uma nota conjunta assinada por Fernando de Souza Barros, em nome da SBF, e Luiz Masperi, em nome da Asociación Física Argentina.

Nessa nota conjunta, os físicos brasileiros e argentinos se posicionaram contra a produção de armas nucleares em qualquer país, defendendo o desarmamento nuclear e a implementação de mecanismos de abertura e controle das instalações nucleares. Além disso, manifestaram-se contra a corrida armamentista nos dois países.

Essa iniciativa dos físicos brasileiros e argentinos teve um papel importante nas negociações históricas entre os dois países, que resultaram, em 1986, em um acordo nessa direção. Conforme destacado por Moreira (2014), o movimento dos físicos demonstrou a preocupação e o engajamento da comunidade científica na busca por um mundo mais seguro e livre de armas nucleares, contribuindo para a conscientização e o diálogo sobre essa questão sensível.

De acordo com o apontamento feito por Moreira (2014), a Sociedade Brasileira de Física (SBF) desempenhou um papel significativo na resistência à ditadura militar no Brasil. Juntamente com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a SBF foi uma

das instituições que se posicionou de forma contundente contra o governo autoritário e repressivo.

A SBF manifestou-se de maneira vigorosa em defesa de seus membros e da comunidade científica brasileira, enfrentando os desafios e riscos impostos pela ditadura. Essa postura crítica e corajosa acarretou consequências tanto a nível individual, com perseguições e repressões sofridas por cientistas e membros da instituição, como no âmbito coletivo, com restrições às atividades científicas e à liberdade de expressão.

A atuação da SBF como uma voz ativa contra a ditadura militar reflete a determinação e o comprometimento da comunidade científica em defender os valores democráticos, os direitos humanos e a autonomia da pesquisa científica. Essas ações contribuíram para fortalecer a resistência e manter viva a chama da liberdade acadêmica e do pensamento crítico durante um período marcado por autoritarismo e cerceamento das liberdades civis.

Seguindo por esta linha, também temos os primeiros casos, e mais emblemáticos, do início do golpe militar. Nos primeiros dias pós-golpe, houve o fechamento de institutos de pesquisa, como o “Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás (CEB/UFG). O ISEB fora criado como órgão do Ministério da Educação e Cultura durante o governo de Café Filho e teve seu auge durante os anos de Juscelino Kubitschek” (RODRIGUEZ, 2014).

Com isso, podemos refletir em como o fechamento de entidades científicas, laboratórios e o afastamento pessoal especializado, levando em conta a aposentadoria prematura de diversos professores e pesquisadores afetou a população, conforme destacado anteriormente, como no caso da Fiocruz, a perspectiva tecnocrata limitou o potencial de desenvolvimento científico do país, pois não promoveu a valorização da pesquisa nacional, a formação de uma base científica sólida e o investimento em infraestrutura adequada. Como resultado, o Brasil se tornou dependente de conhecimentos e tecnologias desenvolvidos em outros países, dificultando a compreensão da realidade e a busca por soluções específicas para os desafios do país.

Essa postura negligenciou a importância da produção de conhecimento local e enfatizou uma abordagem voltada para a importação de tecnologia e modelos externos.

Embora tenham ocorrido avanços significativos na ciência e tecnologia no Brasil desde então, o distanciamento mencionado ainda não foi totalmente revertido. Ainda persistem desafios relacionados à valorização da pesquisa científica nacional, ao fortalecimento das instituições de pesquisa e ao incentivo à produção de conhecimento relevante para as necessidades e realidades do país.

8.2 O ENSINO DE CIÊNCIAS NA DITADURA MILITAR

Um segundo tópico analisado nos trabalhos foram as discussões sobre ensino de ciências durante o período da Ditadura Militar. Durante esse período, ocorreram mudanças significativas no ensino de ciências no Brasil, que em certa medida refletia questões internacionais. De acordo com Krasilchik (1987), uma das transformações mais marcantes foi a incorporação de um novo objetivo para o ensino: permitir a vivência do método científico como algo fundamental e necessário para a formação do cidadão, não se restringindo apenas à preparação do futuro cientista, como era o enfoque predominante nos anos anteriores, com a adoção dos projetos curriculares do período, como o PSSC, o PEF, o FAI, entre outros, conforme descritos por Gaspar (2004), que acabaram não tendo o êxito pretendido.

No entanto, é importante ressaltar que essas transformações no ensino de ciências também foram influenciadas pelo contexto político e social da época. O regime militar buscava, por meio da educação, disseminar seus ideais e valores, e o ensino de ciências não foi exceção.

Assim, o ensino de ciências desempenharia um papel importante ao contribuir para a formação de mão de obra qualificada, sendo essa perspectiva formalizada por meio da Lei nº 5.692/71, que estabeleceu o currículo escolar com a finalidade de formar o trabalhador como uma estratégia para impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil.

A mencionada lei introduziu mudanças significativas no currículo, com ênfase na profissionalização e na formação técnica dos estudantes. O ensino de ciências, assim como outras disciplinas, foi orientado para atender às demandas do mercado de trabalho, visando preparar os jovens para ingressar em setores produtivos específicos e suprir as necessidades da economia do país.

Essa abordagem educacional tinha como objetivo principal suprir a demanda por mão de obra qualificada em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional, como a indústria, a agricultura e a tecnologia. A formação técnica e profissionalizante tornou-se um elemento central do ensino de ciências, buscando preparar os estudantes para o exercício de funções específicas no mercado de trabalho.

Foram incluídas no currículo disciplinas chamadas de “instrumentais” ou “profissionalizantes”, o que levou à fragmentação e até esfacelamento das disciplinas científicas, sem que houvesse um correspondente benefício na formação profissional. O curso secundário perdeu sua identidade, levando a uma desvalorização da escola pública, pois as instituições privadas resistiram às mudanças, burlando a lei (KRASILCHIK, 1987).

Já acerca das pesquisas, Ostermann e Rezende (2020) ressaltam que a pesquisa em ensino de ciências durante a ditadura militar no Brasil se concentrou em estudos que valorizavam a avaliação de métodos inovadores de ensino, com o objetivo de aprimorar o processo de aprendizagem. Nesse contexto, o currículo muitas vezes era considerado apenas como uma lista de conteúdos a serem ensinados, com pouca reflexão sobre sua relevância e inserção no contexto social e político.

Dessa forma, a educação em ciências era vista predominantemente como a transmissão de conhecimentos considerados neutros, desvinculados de valores políticos e sociais. O foco estava na eficiência do processo de ensino-aprendizagem, buscando estratégias e abordagens que pudessem maximizar a assimilação dos conteúdos pelos estudantes.

Essa visão limitada da educação em ciências, centrada na transmissão de informações técnicas, desconsiderava o papel da ciência como uma atividade social e culturalmente situada. A dimensão política e social da ciência, bem como os impactos sociais e éticos das descobertas científicas, não recebiam a devida atenção nesse enfoque mais instrumental da educação em ciências durante o regime militar.

De acordo com as autoras, a perspectiva epistemológica que vinha especialmente dos mencionados projetos curriculares, apoiava uma abordagem experimentalista da ciência e do ensino de ciências, em que se acreditava em uma sequência linear de passos a serem

seguidos, incluindo uma observação neutra que culminava em uma “descoberta científica”. Como resultado, o ensino de ciências nas escolas foi fortemente influenciado por uma visão empirista-indutivista do método científico, resultando em uma abordagem tecnicista.

8.3 A POLÍTICA EDUCACIONAL NA DITADURA MILITAR

O gerenciamento da política educacional durante o período da ditadura militar se expressou em um obstáculo para um processo de experimentação social que surgia das transformações sociais da época. Essas transformações diziam respeito à inclusão da participação de grupos sociais que antes eram marginalizados e passaram a ser reconhecidos e integrados devido às ações de diversos atores sociais que buscavam igualdade e maior participação de todos, desafiando privilégios históricos das elites dominantes. Segundo Viola e Albuquerque (2015), alguns desses atores sociais que podemos destacar são os Centros de Cultura organizados pela União Nacional dos Estudantes.

O bloqueio imposto à experimentação social na área da educação refletiu a intenção dos militares de manter o controle e preservar a ordem social existente, limitando as possibilidades de mudança e transformação. A política educacional adotada buscou restringir o acesso à educação, controlando o currículo e reprimindo a diversidade de pensamento, impondo uma visão conservadora da sociedade.

No entanto, apesar das restrições impostas, houve resistência e mobilização por parte de diversos grupos sociais e atores envolvidos na luta por uma educação mais inclusiva, crítica e emancipadora. Esses esforços mostram que mesmo diante de um cenário perturbador da ditadura, havia uma demanda crescente por mudanças sociais e um desejo de romper com esses privilégios históricos impostos pela elite dominante.

A compreensão do poder exercido nos espaços educativos é essencial para entender como a ditadura militar, ao intervir nesse campo, buscava redefinir o conceito de cidadania, influenciando a construção do currículo escolar, elaborado por um Estado autoritário que negava princípios democráticos.

De acordo com Rezende (2001), o governo enfrentou dois desafios para estabelecer a legitimidade de seu poder perante a sociedade. O primeiro consistia em criar elementos que certificassem a legitimidade do movimento militar. O segundo desafio era manter e fortalecer a construção dessa legitimidade ao longo dos governos da ditadura. Para alcançar esses objetivos, a educação foi utilizada como ferramenta.

A educação idealizada pelos militares durante o regime teve como objetivo principal a reprodução da estrutura e dos valores da sociedade burguesa dominante, de acordo com Rostas e Abreu (2016), através do sistema educacional, buscava-se inculcar os valores e padrões dessa classe social nas demais classes, na expectativa de que adotassem e reproduziam os mesmos princípios. A educação servia como um instrumento de controle e reprodução das estruturas de poder existentes, buscando perpetuar a ordem estabelecida de classes e garantir a continuidade das desigualdades sociais.

A intervenção da ditadura na educação teve como objetivo central moldar o pensamento e as práticas educacionais de acordo com interesses políticos e ideológicos. Por meio do controle dos currículos, da seleção de conteúdos e da censura de ideias consideradas subversivas, o regime buscava perpetuar sua visão de mundo e reforçar sua autoridade.

Segundo Viola e Albuquerque (2015), nos regimes ditatoriais latino-americanos das décadas de 1960 a 1980, os modelos educacionais adotados buscavam promover uma cidadania pautada pela docilidade e submissão. É importante destacar as reformas universitárias implementadas com o apoio ideológico e técnico da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). No ensino fundamental e médio, não podemos esquecer do estéril ensino de Moral e Cívica e de Organização Social e Política, impostos em cada país da região.

Ressaltando, também conforme Viola e Albuquerque (2015), que as ditaduras latino-americanas utilizavam a educação como uma ferramenta de controle e imposição de sua ideologia, buscando eliminar qualquer forma de resistência ou divergência política. O ensino servia como um instrumento de poder, propagando e doutrinando, buscando moldar a mentalidade dos estudantes de acordo com os valores e interesses da ditadura.

E, assim, podemos ressaltar as invasões de universidades espalhadas pelo Brasil, a perseguição e cassação de professores e cientistas, bem como a implementação de legislações restritivas que visavam proibir a circulação de diferentes correntes de pensamento e, especialmente, reprimir os movimentos estudantis. A repressão a esses movimentos ocorriam por meio de extrema violência e terror do governo.

Durante o período da ditadura militar, a repressão e o cerceamento da alteridade foram características marcantes do regime. A imposição de uma narrativa única e a proibição do pensamento crítico e divergente resultaram na supressão do espaço público como arena de discussão e negociação política. A pluralidade de projetos e ideias foi silenciada, deixando pouco ou nenhum espaço para a regulação e o diálogo político.

Nesse contexto, Germano (2008) ressalta que o discurso oficial tornou-se uma mera propaganda, uma vez que não havia espaço para a expressão do outro, daqueles que pensavam de maneira diferente. A liberdade de expressão foi restringida e o diálogo genuíno foi substituído por ordens a serem cumpridas, sem possibilidade de questionamento ou debate.

Quando surgiam resistências ou contestações a essas ordens impostas, o regime militar respondia com ações repressivas para garantir a manutenção da sua autoridade e o cumprimento das suas determinações. Aqueles que se opunham às ordenações eram duramente reprimidos, muitas vezes sofrendo violações dos direitos humanos e enfrentando perseguições políticas. “Uma vez que a alteridade foi cerceada pela repressão, não há projetos alternativos a serem postos em discussão no espaço público e, portanto, não há lugar para o princípio de regulação e negociação política” (GERMANO, 2008, p. 9).

Conforme Germano (2008) destaca, no Rio Grande do Norte, até os aparelhos de rádio foram confiscados por latifundiários, já que eram aparelhos que se usavam pelas escolas radiofônicas, “o mesmo rádio que ensinava a ler e a escrever incentivava também a participação dos trabalhadores rurais nos seus sindicatos. Isso era insuportável para os senhores das terras e para os militares golpistas” (GERMANO, 2008, p. 10).

As palavras e expressões relacionadas à conscientização, democratização, reivindicação popular e condições sociais do povo eram duramente reprimidas e consideradas

subversivas pelo regime. O objetivo do governo era controlar e silenciar qualquer forma de questionamento ou crítica às estruturas de poder estabelecidas.

A palavra “conscientização”, tão importante na educação popular, era especialmente condenada, pois representava a ideia de despertar a consciência das pessoas para a realidade social e política em que viviam. Essa noção de conscientização implicava uma análise crítica das desigualdades e injustiças presentes na sociedade, o que era visto como uma ameaça ao regime autoritário.

Da mesma forma, de acordo com Germano (2008), expressões que abordavam a democratização da cultura, as reivindicações populares, a miséria, a espoliação e qualquer referência que refletisse uma interpelação popular eram consideradas subversivas e passíveis de repressão. O regime buscava manter o controle sobre a narrativa oficial e evitar qualquer forma de mobilização social que pudesse contestar ou questionar o poder estabelecido.

Essa censura linguística e ideológica visava suprimir a consciência crítica das pessoas, impedindo-as de compreender e refletir sobre as condições sociais e políticas em que viviam. Ao reprimir palavras e expressões que remetiam à realidade do povo e suas lutas, o regime tentava manter a população desinformada, passiva e submissa.

Embora o regime ditatorial pudesse fazer declarações de harmonia à democracia, na prática, suas ações e políticas educacionais evidenciavam uma orientação voltada para o controle e a instrumentalização dos indivíduos, em vez de promover uma formação cidadã plena. A reforma da educação básica, imposta pela Lei nº 5692/71, foi totalmente direcionada para o mercado de trabalho e para sustentar o próprio regime, relegando a segundo plano a formação de indivíduos críticos, conscientes de seus direitos e capazes de exercer a cidadania de maneira plena.

Conforme destacado por Germano (2008) - sendo algo que já tratamos na seção anterior - o foco da educação foi direcionado para a preparação da mão-de-obra, priorizando a formação profissional e a empregabilidade em detrimento de uma formação mais ampla e humanística. O objetivo era adestrar os indivíduos para se encaixarem no mercado de trabalho de acordo com as demandas do regime e dos setores dominantes da economia.

Nesse contexto, houve uma minimização da capacidade de pensar de forma crítica e reflexiva, uma vez que a educação não buscava desenvolver habilidades de análise, questionamento e participação cidadã. A cultura humanística e os valores relacionados à cidadania foram deixados de lado, pois não havia espaço para a expressão e valorização desses aspectos em regimes ditatoriais, que restringiam as liberdades individuais e coletivas.

Conforme destacado por Cunha (2014), um mês antes da promulgação do Ato Institucional 5, em 21 de novembro de 1968, foi promulgada a Lei nº 5537 que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que tinha a finalidade de reunir os recursos financeiros de diversas fontes para o financiamento de projetos de ensino que poderiam ser apresentados tanto pelos governos federal, estaduais e municipais, como por estabelecimentos privados. O “governo daria o dinheiro e as escolas dariam uma compensação pelo recurso recebido através da reserva de vagas para as bolsas de estudo, bolsas de manutenção ou de estágio, distribuídas pelo próprio FNDE” (GUALTIERI-KAPPANN e CARVALHO, 2016).

No que se refere à reforma educacional, temos também o Decreto-Lei 869 de 1969, que tornou obrigatória a já mencionada disciplina de Educação Moral e Cívica em todas as escolas brasileiras, abrangendo todos os níveis e modalidades do ensino. Essa medida refletia o contexto político, econômico e social do período, sendo a disciplina utilizada como um instrumento para transmitir à sociedade um conjunto de valores e comportamentos alinhados aos ideais de “ordem” estabelecidos pelo governo.

A Educação Moral e Cívica funcionava como um veículo de doutrinação política, influenciando o pensamento e comportamento dos estudantes de acordo com os interesses do governo. Era uma tentativa de perpetuar o sistema autoritário e garantir a manutenção do poder.

Conforme destacado por Rostas e Abreu (2016), a escola seria direcionada para a formação de trabalhadores subordinados e adaptados ao sistema capitalista. Seria enfatizada a importância da obediência às ordens, da assiduidade, pontualidade e confiabilidade por parte dos alunos. Essa abordagem educacional buscava preparar os estudantes para se encaixarem no mercado de trabalho de forma disciplinada e submissa, como já discutido anteriormente.

Na disciplina de Educação Moral e Cívica, e também em outros materiais e conteúdos escolares produzidos pelo governo, havia indícios de um pensamento religioso, muitas vezes semelhante ao da Igreja Católica. Além disso, alguns membros envolvidos na organização e implementação desses materiais, especialmente no Conselho Federal de Educação, ocupavam cargos em instituições religiosas, conforme destacado por Medeiros (2019). Essa influência religiosa na educação reflete a estreita relação entre a ditadura militar e setores conservadores da sociedade, incluindo a Igreja Católica. A aliança entre o Estado e a religião tinha como objetivo promover uma visão de mundo alinhada aos valores conservadores e tradicionais, reforçando assim a ideologia dominante.

Para o conteúdo programático, são defendidos a noção de Deus e de religião; o papel social da família do aluno: a valorização do trabalho humano; as noções de autoridade e liderança; a responsabilidade de todos na defesa da propriedade pública (que é descrita como “o bem comum”); os símbolos da Pátria; o reconhecimento da bandeira do Brasil e as atitudes que os alunos devem ter quando presenciarem seu hasteamento; e também o “ensino” do hino nacional. No que diz respeito ao ensino da moral, devem ser apresentadas noções de caráter tendo como exemplo grandes personagens da história nacional. Ainda são defendidas as criações de regras de boa conduta pelos próprios alunos como uma alusão ao respeito às leis, e aulas sobre impostos e manutenção de serviços públicos. (MEDEIROS, 2019, p. 11).

Compreende-se que a disciplina de Educação Moral e Cívica, tanto em sua estrutura legal quanto em seus livros didáticos, tinha como objetivo central promover a disseminação do ideário de democracia defendido pelo regime militar. Conforme Medeiros (2019), essa disciplina era utilizada como um instrumento de controle ideológico do sistema educacional, com o intuito de legitimar as ações do governo e garantir a sua permanência no poder. Através da disciplina, buscava-se estabelecer uma conexão entre as ações governamentais e a suposta vontade popular, criando uma imagem de alinhamento entre o regime e a democracia.

Medeiros (2019), nas suas reflexões sobre os estudos de Abreu e Filho (2006), indica que além da educação formal nas escolas, a propaganda oficial durante o regime militar também desempenhava um papel importante na disseminação do ideário desenvolvimentista.

Essa propaganda buscava enfatizar o potencial industrial do Brasil e estabelecer uma suposta conexão entre a intervenção militar e a construção de um “Brasil grande” e uma “Brasil potência”.

Tanto a propaganda quanto a educação trabalhavam em conjunto para promover a ideia de que cada cidadão tinha um papel cívico a desempenhar dentro desse processo de desenvolvimento nacional. Era transmitida a noção de que o engajamento de todos os indivíduos era essencial para o progresso do país, e que cada um deveria contribuir de acordo com suas habilidades e capacidades.

8.4 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR

A Lei nº 4024/1961 proposta em 20 de dezembro de 1961, foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no Brasil. Com ela, a formação oferecida era composta pelo ensino pré-primário, escolas maternais e jardins de infância; ensino primário, de 4 anos e mais 2 anos acrescidos com o programa de artes aplicadas; ensino médio, dividido em dois ciclos: o ginásial de 4 anos (subdividido em secundário, comercial, industrial, agrícola e normal) e colegial de 3 anos (subdividido em comercial, industrial, agrícola e normal) ambos entrando no ensino secundário e o ensino técnico; e o ensino superior (BRASIL, 1961).

Com a promulgação da Lei nº 5692/1971, a LDB do período da ditadura, a educação fundamental e média passou a ter a seguinte formação: ensino primário (1º grau - obrigatório), com 8 anos de duração e 720 horas de carga horária anual, destinada à formação de estudantes dos 7 aos 14 anos; ensino secundário (2º grau) com 3 anos de duração e 2.200 horas anuais ou 4 anos de duração e 2.900 horas anuais (BRASIL, 1971).

Conforme Mazzante (2005), a nova LDB visava reordenar todo o sistema básico educacional, frente a realização de uma nova ordem social, política e econômica, reflexo da conjuntura política do país no período. Esta lei nasceu também em um período em que a democracia estava “morrendo” e a frente desenvolvimentista e nacionalista estava crescendo exponencialmente com base nas propagandas elaboradas pelo governo. Com isso, Mazzante (2005) descreve que:

O mote da Reforma Educacional prevista pela 5692/71 articula-se politicamente com a bandeira desenvolvimentista defendida pelo militarismo, em um período em que estava em perspectiva a integração da nação brasileira pela formação de homens dispostos a trabalhar em favor da causa política, ou seja, do desenvolvimento econômico brasileiro. (MAZZANTE, 2005, p. 3)

A partir de dados da Unicamp (1987), Germano (2005) apresenta um panorama da expansão no número de matrículas no ensino de 1º grau em 4% entre 1973 e 1985, o que significa um aumento na taxa de atendimento escolar na faixa etária de 7 aos 14 anos. Porém, em 1985, havia em torno de 15% da população nesta faixa sem acesso à escola e 18,8% dos alunos matriculados no 1º grau eram estudantes que estavam fora da faixa etária de escolarização obrigatória.

Ainda de acordo com Germano (2005), mesmo com a implementação da Lei nº 5692/71, diversos problemas ainda afetavam cronicamente o ensino o primário e o secundário. O aumento do número de vagas em escolas públicas foi meramente quantitativo. Junto dele, houve diminuição da jornada escolar e o aumento de turnos que afetaram diretamente a qualidade do ensino. Não havia professores em número suficiente, foram contratadas pessoas sem especialização. Segundo Assis (2012), os gastos que o Estado teve com a educação brasileira foram insuficientes, afetando drasticamente a estrutura física das escolas, aumentando o número de professores inexperientes e despreparados, fato que afetou gravemente o Nordeste, em que “36% do quadro docente tinha apenas o 1º grau” (ASSIS, 2012). Isso também afetou o salário e as condições de trabalho dos professores.

Outra questão era a frustração dos alunos com o despreparo para o mercado de trabalho após a finalização do ciclo do ensino médio, o que foi levado em conta na tomada de decisão acerca da necessidade de organizar o ensino de modo que proporcionasse uma habilitação profissional para aqueles que o concluíam, já que no período o único meio de obter uma habilitação profissional eram as escolas superiores.

Houve também manifestações de desagrado vindo de diretores e proprietários de escolas privadas de 2º grau em 1971 devido a promulgação da LDB. Segundo Cunha (2014), as críticas eram sobre o caráter “pragmatista” da profissionalização compulsória, deixando de

lado objetivos “formadores” da educação para as finalidades do mercado de trabalho. Nos anos seguintes, houve declarações de presidentes de sindicatos de estabelecimentos privados fazendo propaganda de que a profissionalização estava levando os colégios particulares à falência.

Portanto, em 18 de outubro de 1982, foi promulgada a Lei nº 7044/1982 que derivou de um projeto de lei do MEC. Segundo Cunha (2014) o termo qualificação para o trabalho foi trocado por preparação. Substituindo então a compulsoriedade da profissionalização do ensino de 2º grau, podendo ser entendida como na preparação dos estudantes para exames vestibulares “desde que oferecesse aos alunos informações sobre os cursos de nível superior, promovesse visitas às empresas, palestras de professores e profissionais, assim como propiciasse a realização de testes vocacionais” (CUNHA, 2014).

8.5 DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO PÓS DITADURA MILITAR

A posse do primeiro presidente civil, realizado por eleições indiretas, após 21 anos de governos militares, em 1985, ainda não havia saciado o povo, que pedia por eleições diretas. Essas viriam a ocorrer somente em 1989 e o fato de as pessoas conseguirem votar diretamente para presidente da república ficou conhecido como a “transição democrática”. Nessa época, o país vivia o fracasso do Plano Cruzado, reduzindo assim a credibilidade do governo diante do povo. Segundo Mazzante (2005), a Assembleia Nacional Constituinte¹ procurou vincular setores sociais às discussões da educação nacional, que tornou-se alvo de preocupação constitucional.

Por outro lado, a perspectiva neoliberal vinha ganhando força, fazendo críticas ao modelo de Estado centralizador, argumentando que ele é um obstáculo ao desenvolvimento. Nessa visão, as políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades sociais, como saúde, lazer e educação, passam a ser consideradas como responsabilidade primordial do setor privado. Assim, nessa concepção, nas palavras de Mazzante (2005):

¹ A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 foi instalada no Congresso Nacional, em Brasília, a 1º de fevereiro de 1987, resultante da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, com a finalidade de elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, após 21 anos sob ditadura militar.

As políticas públicas de providência das necessidades sociais (saúde, lazer, educação) passam a ser uma responsabilidade maior do capital privado que dos recursos públicos, os quais se transferem grandemente para financiamento da esfera particular. Já não há mais, como antes, a preocupação do Estado com a educação popular como apêndice do desenvolvimento econômico e social: já não são mais complementares frente à dissolução da meta do Estado de bem estar social. A maior preocupação agora deixa de ser a projeção da nação no mercado mundial, padronizado pela emancipação do capitalismo, passando a centrar-se grandemente na movimentação mundial em favor do atendimento das necessidades humanas básicas – educacionais inclusive -, fundadas nas perspectivas apontadas por ícones econômicos como FMI e Banco Mundial e ícones sociais como UNESCO, UNICEF, ONU. (MAZZANTE, 2005, p. 5)

Ainda segundo Mazzante (2005), o discurso educacional que começou a se desenhar vindo de setores com raiz no neoliberalismo via a pobreza como um desvio cuja responsabilidade era do próprio indivíduo pobre. Além disso:

O ideário neoliberal tenta difundir a crença de que o setor público é o responsável pela crise e pela ineficiência vigente e que, por outro lado, o mercado e o setor privado apontam para a eficiência, qualidade, produtividade, equidade. Daí a defesa de um Estado mínimo, de um Estado que interfira apenas o necessário para garantir o processo de reprodução do capital. (MOREIRA, 1995, p. 96 apud MAZZANTE, 2005, p. 6)

Em 1996 foi sancionada a nova LDB pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ela previa a transferência de recursos públicos para redes de escolas privadas desde que fossem sem fins lucrativos, filantrópicas ou comunitárias. A reconfiguração da educação começou pelo ensino superior, foram aparecendo “novos centros universitários, que receberam o privilégio da autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior” (CUNHA, 2014, p. ?).

Ainda segundo Cunha, a privatização do ensino superior foi acelerada no segundo mandato de FHC, tendo em vista que recursos do Estado, que são limitados, no lugar de irem para instituições públicas, estavam sendo direcionados a instituições privadas, sendo que o

número delas cresceu consideravelmente, o que fez com que a qualidade do ensino ministrado ficasse aquém do desejável.

Durante o Governo Lula foi criado o Programa Universidade Para Todos (Prouni) que oferta bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas, o que beneficiaria estudantes de renda baixa, negros, indígenas, pardos, deficientes físicos e professores da rede pública de ensino. Para participarem do Programa, as instituições teriam de firmar documento de adesão, que estipularia as condições previstas para um prazo de dez anos, renovável indefinidamente. As instituições aderentes deveriam oferecer bolsas integrais e parciais, em proporções definidas pela lei, relativas ao conjunto de seus estudantes pagantes (CUNHA, 2014).

Conforme o mesmo autor citado, com a promulgação do Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001), a proposta era aumentar a taxa de escolarização dos jovens de 18 a 24 anos no ensino superior de 12% para 30% até o final da década, sendo que que 40% do alunado deveria ser do setor público. No entanto, em 2013, ao invés da participação do setor público no ensino superior ser de 40%, ela não passou de 27,2%, menos da metade do início da ditadura, que era de 56,3% em 1965.

Indo para um contexto mais atual, a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM), aprovada no governo de Michel Temer (2016-2018), juntamente com a legislação da Reforma do Ensino Médio aprovada em 2017, foram as principais políticas curriculares brasileiras realizadas após os Parâmetros Curriculares Nacionais² (PCN) (OSTERMANN; REZENDE, 2020). Conforme as autoras, a centralidade posta nas competências da BNCC-EM faz lembrar os discursos das políticas curriculares do fim dos anos 90, com os PCNs, continuando a crítica de que nessa legislação ainda há submissão da educação ao mundo produtivo.

A Lei da Reforma do Ensino Médio, promulgada em 2017, alterou a LDB de 1996, estabelecendo uma mudança estrutural do Ensino Médio, conforme Ostermann e Rezende (2020), ampliando o tempo mínimo do estudante de 800 horas para 1000 horas anuais, com a

² Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são diretrizes educacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil, visando orientar a elaboração dos currículos das escolas. Começaram a ser publicados em 1997 e ficaram em vigor até a aprovação da BNCC.

formação secundária dividida em duas etapas, uma relacionada à educação geral de até 1800 horas e a outra com carga horária de 1200 horas realizadas por meio de itinerários formativos. Assim, o sistema de ensino pode oferecer cinco itinerários formativos, quatro relacionados às áreas de conhecimento do ensino médio (matemática e suas tecnologias, linguagens e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciência humanas e sociais aplicadas) e um itinerário voltado à formação técnica e profissional (FTP).

De acordo com Esquinsani e Sobrinho (2020), na referida reforma não há nada de modernização, como pregam os propagandistas do Novo Ensino Médio, uma vez que reproduz as experiências fracassadas há décadas que se instrumentalizam por um projeto neoliberal. Relega-se a educação, principalmente o ensino do setor público que matriculam-se majoritariamente jovens de classes mais pobres, à formação tecnicista geradora de mão-de-obra barata para o mercado de trabalho.

A Reforma do “Novo” Ensino Médio nada mais é do que a insistência de um novo currículo que deveria preparar o aluno para coisas que façam “sentido” sob o vislumbre da tecnologia e a falácia do empreendedor individual.

Com isso, Esquinsani e Sobrinho (2020) fazem uma analogia entre a Lei da Reforma do Ensino Médio (2017) com a Lei nº 5692/1971, a LDB da ditadura militar, já que, segundo os autores, o poder hegemônico dominante, contraditoriamente, impõe sua ideologia nas escolas tentando delinear o currículo para a formação que desejam. Nega-se assim aos jovens a educação que traça o caminho para a criticidade e para a autonomia do cidadão. O Quadro 5 abaixo ilustra um breve paralelo entre as duas reformas do ensino, a primeira sob a Lei nº 5692/1971 e a segunda sob a Lei nº 13.415/2017:

Quadro 5 - Semelhanças entre a LDB de 1971 e a nova reforma do ensino médio, elaborado por Esquinsani e Sobrinho (2020)

1971 - Lei 5692 - LDB	2017 - Lei 13415
Economia: forte impacto do desenvolvimento da indústria na América Latina. Exigência da “qualificação” da mão-de-obra para atuar no setor industrial.	Economia: discurso predominante da quarta revolução industrial (Indústria 4.0). Exigência da “qualificação” da mão-de-obra para atuar com as novas tecnologias.
Consequência na educação: Reforma Ensino	Consequência na educação: Reforma no

Médio: 1º e 2º graus.	Ensino Médio: Organização por itinerários formativos no Ensino Médio e BNCC para o Fundamental e Médio.
Currículo com foco no “capital humano”	Currículo com foco no “capital humano”
Formação Geral e Formação Específica	Formação Geral e Formação Específica: BNCC
Ênfase nas escolas por áreas	Ênfase nas escolas por áreas
Profissionalização compulsória	Forte discurso para induzir ao ensino profissionalizante - 5º eixo - (“Ensino superior não é para todos” - Presidente da República)
Foco: ler, escrever e contar	Foco: Matemática e Língua Portuguesa (ou seja: ler, escrever e contar)
Retirada da Filosofia e Sociologia	Retirada da Filosofia, Sociologia e Espanhol como disciplinas obrigatórias; e relativização acentuada do ensino das humanidades
Foco no desenvolvimento econômico e qualificação tecnicista para o trabalho	Foco no desenvolvimento econômico e qualificação tecnicista para o trabalho

Fonte: Esquinsani e Sobrinho (2020)

8.6 A LACUNA EXISTENTE NAS PESQUISAS SOBRE A DITADURA MILITAR

Reconhecemos a existência de uma lacuna significativa de materiais e estudos específicos sobre a educação, a ciência e o ensino de ciências durante o período da Ditadura Militar no Brasil. Essa falta de pesquisas e materiais disponíveis dificulta o processo de investigação e análise nessa área. É de fundamental importância que haja um maior número de estudos dedicados a essa temática, uma vez que se trata de um período de 20 anos da história recente do Brasil que carece de uma abordagem mais aprofundada.

Conforme destacado por Moreira (2014), referente a esse período existem poucas pesquisas relacionadas à Ciência e Tecnologia, com exceção da política nuclear e o papel das entidades científicas e das diversas categorias profissionais. Moreira destaca alguns trabalhos referentes a essas áreas citadas que carecem de estudos, citando *A Construção da ciência no*

Brasil e a SBPC de Fernandes (2020) e *Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade brasileira de físicos* de Clemente (2005).

Os estudos não realizados sobre o período poderiam examinar as reformas educacionais, os impactos nas práticas pedagógicas, a formação de professores, a produção científica, entre outros aspectos relevantes. Além disso, é importante promover um diálogo interdisciplinar entre a história, a educação e a ciência para uma compreensão mais abrangente dos acontecimentos. Somente dessa forma poderemos avançar no conhecimento sobre estas determinadas questões durante a ditadura militar e contribuir para uma análise mais aprofundada desse importante capítulo da história brasileira.

De acordo com Maia (2011), não resta dúvida de que o projeto idealizado pelos militares deveria ir ao encontro do aperfeiçoamento humano e da modernização de áreas como a ciência e tecnologia, já que esses elementos eram vistos como fundamentais para o desenvolvimento nacional. No entanto, a relação entre a ciência e política durante esse período necessita ser estudada de forma mais aprofundada.

Até o momento, essa temática não recebeu a atenção necessária e requer maior estímulo, dada a sua relevância histórica e científica em diversos campos acadêmicos. É imprescindível promover pesquisas e investigações que ampliem nosso entendimento sobre o papel da ciência nesse período e suas interações com o contexto político. Aprofundar esse conhecimento é fundamental para uma compreensão mais completa desse importante período da nossa história recente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões trazidas neste trabalho abordam uma análise do período histórico brasileiro conhecido como a ditadura militar (1964-1985) com o objetivo de compreender as dinâmicas políticas, sociais e educacionais desse período. O trabalho tem como propósito principal evidenciar os fatos e desigualdades presentes no sistema educacional e científico durante a ditadura militar, bem como refletir sobre os possíveis impactos dessas políticas no desenvolvimento social do país.

A ditadura militar impôs ao país um período sombrio, semelhante a outras ditaduras, afetando diretamente os setores intelectuais ligados à educação e ao desenvolvimento científico. Esses setores sofreram com a repressão e a censura, resultantes dos interesses políticos das autoridades militares, que utilizavam discursos de combate à corrupção e à suposta "ameaça comunista" para justificar ações autoritárias e silenciar vozes críticas ao regime.

É importante ressaltar que essas justificativas eram frequentemente usadas como pretexto, pois o objetivo principal do regime era manter-se no poder e perpetuar a sua visão autoritária. O impacto dessas medidas repressivas ainda é sentido nos dias de hoje, reforçando a importância de defender os direitos humanos e promover o respeito à diversidade de pensamento em uma sociedade democrática.

Conforme analisado, a política educacional foi moldada de acordo com os interesses da burguesia empresarial e industrial. Isso pode ser observado pela presença de intelectuais ligados a esses setores em órgãos governamentais e nas instituições de ensino. O objetivo principal era preparar os jovens para atender às demandas das empresas, colocando-os a serviço do desenvolvimento econômico. A educação era vista como um meio de formar uma mão de obra qualificada e submissa aos interesses empresariais. A ênfase estava na preparação técnica e profissional dos estudantes, alinhada às necessidades do mercado de trabalho.

Essa abordagem refletia uma lógica coercitiva, na qual o ensino visava moldar os estudantes de acordo com os objetivos das empresas e da burguesia dominante. A educação não era voltada para o desenvolvimento integral dos indivíduos ou para a promoção da

cidadania, mas sim para atender aos interesses econômicos e perpetuar as desigualdades sociais.

Dito isso, é relevante ressaltar a influência das escolas particulares e dos interesses privados no campo educacional durante o período militar. Nesse contexto, os empresários do setor educacional viram seus objetivos serem favorecidos de maneira privilegiada. Durante a ditadura, houve uma valorização da iniciativa privada na educação, que resultou em parcerias estabelecidas entre as instituições privadas e o governo. Isso criou um ambiente propício para o desenvolvimento das escolas particulares, que passaram a desfrutar de benefícios e incentivos por parte das autoridades governamentais. A aproximação entre os militares e os empresários do ensino consolidou a influência e o poder das instituições privadas de ensino. Os donos de escolas públicas encontraram respaldo e apoio nas políticas governamentais, o que permitiu o crescimento e a expansão de suas instituições.

A Igreja Católica desempenhou um papel crucial na defesa dos interesses privados na área da educação, englobando desde o ensino fundamental até o ensino superior. Mesmo diante do aumento das escolas privadas, os católicos mantiveram influência significativa no controle das redes de ensino médio e universidades, conferindo-lhes poder para exercer pressão sobre as políticas educacionais. A presença da Igreja nas instâncias de comando das instituições educacionais permitia-lhes influenciar diretamente as decisões relacionadas à política educacional. Por meio dessas posições estratégicas, buscavam assegurar a proteção e o fortalecimento das escolas católicas, bem como a promoção de valores e princípios educacionais alinhados com a doutrina da igreja.

Durante o processo de seleção e organização dos trabalhos, pude organizá-los em três grandes blocos: Educação na Ditadura Militar, Ensino de Ciências na Ditadura Militar e Ciência e Tecnologia na Ditadura Militar. Essa organização foi essencial para analisar os estudos selecionados.

Com base nesses blocos, pude categorizá-los em seis categorias, por meio das quais foram analisadas a ciência, a educação e o ensino de ciências durante o período da ditadura militar, assim como avaliadas as repercussões das políticas estabelecidas pelos militares, que deixaram marcas duradouras nessas áreas, com impactos que perduram até os dias atuais.

Durante a ditadura militar, a ciência e a tecnologia foram colocadas como pilares fundamentais para promover o aperfeiçoamento humano e a modernização do país. O regime militar via o avanço científico e tecnológico como ferramentas indispensáveis para impulsionar o desenvolvimento nacional e alcançar o status de potência.

O governo militar direcionou recursos e esforços significativos para fomentar a ciência e a tecnologia, reconhecendo a inter-relação entre essas áreas e a educação. O objetivo era superar o atraso econômico e social do Brasil, almejando um progresso abrangente em diversos setores. A ênfase no desenvolvimento científico e tecnológico durante a ditadura militar refletiu a busca por avanços tecnológicos e a modernização das estruturas produtivas do país. No entanto, é importante destacar que essas políticas estavam alinhadas aos interesses do regime e à lógica de poder estabelecida, muitas vezes priorizando setores estratégicos para o regime e negligenciando outras áreas do conhecimento e demandas sociais.

Assim, o desenvolvimento científico e tecnológico durante o período estudado pode ser considerado como precursor do atual padrão tecnológico e científico observado no Brasil. A investigação histórica sobre ciência, tecnologia e educação nesse período é fundamental para uma compreensão mais completa da política científica e tecnológica adotada pelo Estado nas décadas de 1960 a 1980. Essa área da história apresenta uma lacuna significativa na narrativa histórica do país, e seu estudo contribui para uma compreensão mais abrangente desse contexto.

No entanto, a repressão política teve graves consequências para os profissionais, resultando em cassações, demissões, aposentadorias forçadas, mudanças de atividades e até mesmo fuga para o exterior. Isso resultou em uma escassez de novos cientistas e prejudicou a renovação do pessoal qualificado nos laboratórios de pesquisa. A perda de especialistas e a interrupção de linhas de pesquisa causaram um impacto significativo em diversas áreas científicas, afetando especialmente as instituições de pesquisa.

Neste contexto, podemos falar sobre como o ensino de ciências passou por mudanças significativas. Um novo objetivo foi incorporado, buscando proporcionar aos estudantes a vivência do método científico como algo essencial para a formação cidadã, indo além da preparação para futuros cientistas, que era o enfoque predominante nas décadas anteriores.

Essas mudanças refletiram uma visão mais ampla do papel das ciências na sociedade e destacaram a importância do pensamento crítico e da compreensão dos processos científicos no contexto educacional.

No entanto, vimos também que as mudanças que afetaram o ensino de ciências foram influenciadas pelo contexto político e social, buscando atender aquilo que os militares consideravam como necessidades do desenvolvimento econômico do país. A Lei nº 5.692/1971 estabeleceu o currículo escolar com o objetivo de formar mão de obra qualificada em setores estratégicos, visando impulsionar o crescimento do Brasil. Nesse contexto, o ensino de ciências desempenharia um papel relevante ao preparar os estudantes para atender às demandas do mercado de trabalho, alinhando-se com as estratégias do governo. A abordagem enfatizava a transmissão de conhecimentos neutros, desvinculados de valores políticos e sociais, visando garantir eficiência no processo de ensino-aprendizagem e a máxima assimilação dos conteúdos pelos alunos.

A visão restrita da educação em ciências durante o regime militar negligenciava a compreensão da ciência como uma atividade social e culturalmente contextualizada. A dimensão política e social da ciência, assim como seus impactos éticos e sociais, eram desconsiderados nessa abordagem mais instrumental. A educação em ciências perdia a oportunidade de promover uma reflexão crítica sobre a ciência e sua relação com a sociedade.

Essa postura negligenciou a valorização da produção de conhecimento local, priorizando a importação de tecnologia e modelos externos. Embora tenham ocorrido avanços na ciência e tecnologia no Brasil, permanecem desafios em relação à valorização da pesquisa científica nacional, ao fortalecimento das instituições de pesquisa e ao estímulo à produção de conhecimento relevante para as necessidades e realidades do país.

A educação em geral foi impactada pelas mudanças durante o período militar, com restrição à experimentação social e controle do currículo. A política educacional buscava limitar o acesso à educação, controlar o pensamento e impor uma visão conservadora da sociedade. Essas medidas refletiam a intenção dos militares de manter o controle e preservar a ordem social existente, limitando as possibilidades de mudança e transformação.

Durante o período militar, o Decreto-Lei 869 de 1969 tornou obrigatória a disciplina de Educação Moral e Cívica em todas as escolas brasileiras, que servia como um instrumento de doutrinação política, influenciando o pensamento e comportamento dos estudantes de acordo com os interesses do governo. Foi uma busca por perpetuar o sistema autoritário e garantir a manutenção do poder. Além disso, materiais e conteúdos escolares produzidos pelo governo também apresentavam indícios de um pensamento religioso, frequentemente alinhado à Igreja Católica.

Em consonância com esse contexto, em 1996 foi promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que permitia a transferência de recursos públicos para escolas privadas. Isso acelerou a privatização do ensino superior, direcionando os recursos estatais para instituições privadas em detrimento das instituições públicas. Como resultado, houve um crescimento significativo das instituições privadas, porém a qualidade do ensino ministrado muitas vezes não alcançou os padrões desejáveis.

Em um contexto mais atual, a BNCC-EM, aprovada durante o governo de Michel Temer (2016-2018), juntamente com a Reforma do Ensino Médio em 2017, trouxe uma transformação significativa nessa etapa educacional por meio da introdução dos itinerários formativos. Esses itinerários estão organizados em quatro áreas do conhecimento e mais uma opção voltada para a formação técnica e profissional. Essa mudança estrutural visaria proporcionar maior flexibilidade curricular, permitindo que os estudantes escolham itinerários alinhados com seus interesses e necessidades.

Conforme discutido, a reforma do ensino médio foi criticada por reproduzir abordagens antigas e adotar um viés neoliberal. Essa reforma tende a priorizar a formação técnica em detrimento de uma educação mais abrangente, especialmente nas escolas públicas frequentadas principalmente por jovens de classes sociais menos favorecidas. Ela é vista como uma forma de gerar mão-de-obra barata para o mercado de trabalho, desvalorizando a educação como um todo.

Por fim, podemos perceber que a pesquisa sobre a educação, ciência e tecnologia durante a ditadura militar no Brasil é uma área que carece de maior investigação e estímulo. Esse período histórico desempenhou um papel significativo no desenvolvimento do país, e compreender as políticas educacionais e científicas adotadas nessa época é fundamental para

uma análise mais abrangente do sistema educacional e científico brasileiro. É importante incentivar e promover estudos nessa área, a fim de preencher essa lacuna e obter uma compreensão mais completa desse período crucial da história do Brasil.

Além disso, o estímulo à pesquisa nessa área também contribuiria para uma reflexão mais ampla sobre a importância da democratização da educação e da ciência, e como esses aspectos são essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva. O conhecimento produzido a partir desses estudos pode fornecer subsídios para o aprimoramento das políticas educacionais e científicas atuais, bem como para a construção de um futuro mais promissor. Portanto, é de extrema importância incentivar e promover estudos sobre a educação, ciência e tecnologia durante a ditadura militar no Brasil, através dessa investigação poderemos obter uma compreensão mais sólida e crítica desse período histórico e seus impactos no contexto educacional e científico do país.

Expresso aqui o meu desejo de aprofundar-me nesta temática, pois a pesquisa sobre a educação e ciência durante a ditadura militar é de fundamental importância para obtermos um entendimento mais completo das políticas educacionais e científicas que ocorreram após esse período e das possíveis tendências futuras.

Ao investigar essa temática, poderemos analisar de forma mais abrangente as influências e os legados deixados pela ditadura militar no campo educacional e científico. Compreender as políticas adotadas durante esse período nos ajudará a traçar conexões entre o passado e o presente, bem como a refletir sobre os rumos que a educação e a ciência podem tomar no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Vanessa Kern de; FILHO, Geraldo Inácio. A educação moral e cívica - doutrina, disciplina e prática educativa. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 24, pp. 125-134, dez. 2006.

ARAÚJO, Gustavo Cunha de. Education in Brazil between 1930 and 1985: Prioritizing Quantity over Quality in Educational Expansion. **Revista do Centro de Ciências da Educação**. Volume 39, n. 3 – p. 01 – 25, jul./set. 2021 – Florianópolis.

ASSIS, Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 3, n. 2, 2013.

ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e Técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

BARBOSA, Caio Fernandes. Olhares sobre a capes: ciência e política na ditadura militar (1964-1985). **Revista de História**, v. 1 n. 2, 2009.

BASSALO, José Maria Filardo; FREIRE JUNIOR, Olival. Wheeler, Tiomno e a Física brasileira. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 25, n. 4, p. 426-437, nov./dez. 2003.

BRASIL, Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa nas diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 27 de dez. 1961.

BRASIL, Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa nas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 12 de ago. 1971.

BRASIL, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa nas diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 1996.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964 - 1979)**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 127, p. 357-377, abril-junho, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 154, p. 912-933, 2014.

EDITOR, O. **Linha do tempo da resistência à ditadura militar no Brasil (1960-1985)**. Estudos Avançados, 28(80), 153-184. 2014.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 1880. Ucrânia, Edipro, 2022.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira; SOBRINHO, Sidinei Cruz. O retrocesso da reforma do ensino médio, a bncc, o neoliberalismo educacional e a marginalização dos institutos federais - IFs. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 45, n. 1, p. 151–168, 2020.

FERNANDES, Aleksandra Nogueira de Oliveira; FERNANDES, Stenio de Brito; PAIVA, Marlúcia Menezes de. O ensino de 2º grau no contexto da ditadura civil-militar no Brasil: a dualidade educacional na lei nº 5.692/1971. **Dialogia**, São Paulo, n.42, p. 1-17, e 21 935, set./dez. 2022.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. **Revista Educação & Sociedade**. v. 38, nº. 139, p.293-308, abr.-jun., 2017.

FREIRE JR. Olival. Sobre a relação entre Regimes Políticos e Desenvolvimento Científico: apontamentos para um estudo sobre a história da C&T durante o Regime Militar brasileiro. **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol 3 Ano IV nº3, Julho/Agosto/Setembro 2007.

FREIRE JUNIOR, Olival; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos e RIBEIRO FILHO, Aurino. Ciência e política durante o regime militar (1964-1984): a percepção dos físicos brasileiros. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum.** 2009, vol.4, n.3, pp.479-485. ISSN 1981-8122.

GALHARDI, Claudia Pereira; Freire, Neyson Pinheiro; MINAYO, Maria Cecília de Souza; FAGUNDES, Maria Clara Marques. **Fato ou Fake? Uma análise de desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). R. Leopoldo Bulhões 1480, Manguinhos. 21041-210 Rio de Janeiro RJ Brasil.

GASPAR, Alberto. Cinquenta Anos de Ensino de Física: muitos equívocos, alguns acertos e a necessidade de recolocar o professor no centro do processo educacional. **Educação**, ano 13, n.21, p.71-91, dez. 2004.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GERMANO, José Wellington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008.

GERMANO, José Wellington. Ordem e progresso: o discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Revista Educação Em Questão**, 32(18). 2018.

GUALTIERI-KAPPANN, Mayra Marques da Silva.; CARVALHO, Alonso Bezerra de. O panorama do ensino da Ética no Brasil: da ditadura aos dias atuais. **Educação**, v. 39, n. 4, p. s106-s113, 2016.

IEL - **O Instituto Euvaldo Lodi**. Rio de Janeiro: IEL, 1984, pp. 12-13.

KRAGH, Helge. **Quantum Generations - A History of Physics in the Twentieth Century**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

KRASILCHIK, Myriam. A evolução no ensino das Ciências no período 1950-1985. In: _____ **O professor e o Currículo de Ciências**. São Paulo: EDUSP, 1987, p. 5-25.

LENIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a revolução**: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, Vladímir Ilitch. A revolução proletária e o renegado Kautsky. In: LENIN, Vladimir Ilitch. **Democracia e luta de classes**. trad. Edições Avante!, Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2019.

LENIN, Vladimir Ilich. **Sobre Democracia e Ditadura**. 1919. Tradução Paula Vaz de Almeida com base em Vladímir Ilitch Lénin, Pólnoie sobránie sotchiniéni , v. 37 (5. ed., Moscou, Izdátchelstvo Politítcheskoi Literatury, 1969), p. 388-93. (N. E.)

LIRA, Alexandre Tavares de Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985)**: um espaço de disputas. 2010. 367 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MAIA, Elias da Silva. **História política e cultural da ciência brasileira no período da ditadura militar**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. 2011.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. 1875. trad José Barata-Moura. Editorial “Avante!”. Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982.

MAZZANTE, Fernanda Pinheiro. **O currículo escolar nas leis 5.692/71 e 9.394/96: questões teóricas e de história**. *Revista História Da Educação*, 9(18), 71–81. 2005. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29127>

MEC-CFE. **Documenta**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Dezembro de 1971, p. 5.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. A Ditadura Militar Brasileira: A Educação como Instrumento de Poder. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 13 n. 48 (2019): SUPLEMENTO 1.

MICHALSKI, Rafael; PAULA, Lorena Tavares. **Os bots de disseminação de informação na conjuntura das campanhas presidenciais de 2018 no Brasil**. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2019.

MOREIRA, Ildeu de Castro. A Ciência, a Ditadura e os Físicos. **Cienc. Cult.** vol.66 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2014.

OLIVEIRA, Claudio. Ditadura: regime instituído pelo golpe, há 50 anos, deixou marca no campo da ciência. **Comunicação e Informação Fiocruz**, Rio de Janeiro, 16 jun. 2014.

OSTERMANN, Fernanda; REZENDE, Flávia. **Uma interpretação da educação em ciências no Brasil a partir da perspectiva do currículo como prática cultural**. Investigação e Práticas em Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia, Vila Real, Portugal, v. 1, n. 1, p. 30-40, 2020.

PAVIANI, Bruno. **Educação Moral e Cívica na ditadura militar brasileira: uma tentativa de legitimar o poder (1969-1971)**. Anais do XV Encontro Estadual de História. Agosto de 2014 - Florianópolis.

PESTRE, Dominique. Science, Political Power and the State. In: KRIGE, John; PESTRE, Dominique (Eds.). **Science in the Twentieth Century**. Amsterdam: Hardwood Academic Publishers, 1997.

SALINAS, Silvio R A. Notas para uma história da Sociedade Brasileira de Física. **Revista Brasileira de Ensino de Física**. Volume 23 nº 3. São Paulo. Setembro, 2001.

SILVA, Edgar Miranda da. **Educação Científica e Cultura Política Democrática: um estudo sobre o processo de recontextualização de elementos de formação política na prática do ensino de ciências nas séries iniciais**. 2019. 295 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Thiago William; JUNIOR, Fernando Leitão Rocha; OLIVEIRA, Altamir Fernandes de. **O papel da ciência e tecnologia nos anos de chumbo: esboço sobre a modernização brasileira durante o regime autocrata-burguês**. Marília, SP: [s.n.]. 2015.

STANLEY, Jason. **Como funciona o Fascismo: a política do “nós” e “eles”**. L&P, 1ª edição. 2018.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: UEL, 2001. pp. 2-15.

RODRIGUEZ, Adalberto Diehl. Não verás ciência alguma: educação na ditadura militar brasileira. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas**, v. 3, n. 2, 2014.

ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães; ABREU, Alexandre Kerson de. O discurso pedagógico na ditadura militar: Educação Moral e Cívica & currículo escolar. **Educação**, 41(2), 387–398. 2016.

VILLANI, A., de Almeida Pacca, J.L. & de Freitas, D. Science Teacher Education in Brazil: 1950–2000. **Sci & Educ** 18, 125–148. 2009.

VIOLA, Solon Eduardo Annes; ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Ditadura e educação: conexões a serem ressignificadas. **Reflexão E Ação**, 23(2), 78-96. 2015.

APÊNDICE 1

O Quadro 6 a seguir apresenta uma linha do tempo, com um panorama geral da política educacional da ditadura militar, desde legislações a acontecimentos importantes do período que afetaram a educação brasileira. O quadro foi elaborado como forma de sintetizar os acontecimentos importantes durante o período para uma eventual busca rápida de informações. Os dados contidos no quadro foram retirados da tese de doutorado de Alexandre Tavares do Nascimento Lira (2010) “*A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*”.

Quadro 6 - A política educacional na ditadura militar

A Política Educacional na Ditadura Militar		
Acontecimento	Data	Descrição
Governo Castelo Branco (1964-1967)		
	15 de abril de 64	Suplício de Lacerda assumiu o Ministérios da Educação e Cultura
Lei nº 4464	9 de novembro de 64	As entidades estudantis como UNE foram proibidas por lei e agora o funcionamento de DA (Diretório Acadêmico) e DCE (Diretório Central dos Estudantes) é legalizado. No entanto, esses órgãos de representação estudantil estão proibidos de realizar qualquer manifestação ou propaganda de natureza política-partidária, assim como de indicar, promover ou apoiar a ausência coletiva nos trabalhos escolares, ou seja, manifestações contra o governo.
Lei nº 4440	Outubro de 1964	Foi estabelecido o salário-educação, que é financiado pelas empresas. O salário-educação é uma forma de contribuição das empresas para a educação de seus funcionários.
Lei nº 4917	17 de dezembro de 1964	Durante a ditadura, as escolas particulares foram isentadas de impostos de importação de consumo e outras contribuições fiscais sobre alimentos e outras utilidades adquiridas no exterior. Essa isenção ocorria por meio de doações feitas pelas entidades de assistência social. Essa política refletia um domínio privatista na educação.

Decreto-Lei 55.551	1965	Foi ampliada a abrangência do salário-educação para incluir todos os empregados, tanto do setor público quanto do setor privado, permitindo assim a consolidação dos interesses empresariais em relação ao salário-educação.
	1966	Criado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.
	1966	O Projeto Rondon foi organizado com o lema "integrar para não entregar", refletindo uma visão desenvolvimentista alinhada à doutrina de segurança nacional. Ele consistia em atividades de extensão universitária, levando estudantes voluntários a comunidades carentes e isoladas do interior do país. Nessas comunidades, os estudantes participavam de atividades assistenciais organizadas pelo governo. No entanto, críticos do projeto argumentam que ele também tinha o objetivo de cooptar o movimento estudantil.
Decreto-Lei nº53	18 de novembro de 1966	O governo implementou a Reforma Universitária, estabelecendo princípios e normas de organização para as universidades federais.
Decreto-Lei nº 228 ³	28 de fevereiro de 1967	O governo promoveu uma reforma na organização e nas formas de representação estudantil, intensificando a repressão por meio de legislações contra o movimento estudantil. O decreto-lei, que permaneceu em vigor durante todo o período de fechamento do regime, foi revogado somente em 1979. Essa medida contribuiu para

³ **Decreto-Lei nº 228:**

Art. 12. A fiscalização do cumprimento dêste decreto-lei caberá ao Diretor do estabelecimento ou ao Reitor da Universidade, respectivamente, conforme se tratar de D.A ou DCE § 2º O Diretor do estabelecimento de ensino ou Reitor da Universidade incorrerá em falta grave, se, por ação, tolerância ou omissão, não tornar efetivo o cumprimento deste decreto-lei. § 2º Caberá às Congregações e aos Conselhos Universitários a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo, aplicando em decorrência, as penalidades que couberem. § 3º EM caso de omissão das autoridades, caberá ao Ministro da Educação e Cultura impor as penalidades.

Art. 14. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os ao presente decreto-lei e os submetendo, através do Diretor do estabelecimento ou do Reitor da Universidade, à Congregação ou ao Conselho Universitário, dentro de trinta dias da aprovação da reforma dos Regimentos e Estatutos, a que se refere o artigo anterior.

Art. 15. Serão suspensos ou dissolvidos pelas Congregações ou pelos Conselhos Universitários, conforme se trate de DA ou de DCE, os órgãos de representação estudantil que não se organizarem ou não funcionarem em obediência ao prescrito neste decreto-lei e nos respectivos Regimentos ou Estatutos. § 1º A suspensão não poderá ultrapassar noventa dias, findos os quais serão dissolvidos os órgãos se não provarem adaptação às normas legais e regimentais. § 2º No caso de dissolução, será promovida, pelas autoridades escolares, a imediata desocupação da sede do DA e DCE porventura situada no recinto da Faculdade ou Universidade, devolvendo-se os bens e recursos colocados à disposição dos órgãos. § 3º Os bens e recursos, a que se refere o item anterior, ficarão sob a guarda da Congregação ou do Conselho Universitário, até que se reorganize o órgão.

		limitar as atividades e a liberdade dos estudantes durante esse período.
Governo Costa e Silva (1967-1969)		
	1967	O Ministro da Educação e Cultura, Tarso de Moraes Dutra, ocupou a pasta por quase todo o governo.
Decreto-Lei nº 53	18 de novembro de 1966	Consolidou as bases da Reforma Universitária, através da reorganização das universidades com a implantação da estrutura departamental.
	22 de março de 1967	Criação do MOBRAL
Constituição	1967	O governo estabeleceu o fim da vinculação constitucional de recursos para a educação. A partir de 1968, os fundos de ensino foram legalmente eliminados dos orçamentos da União, o que resultou em uma redução nos investimentos governamentais na área da educação. Essa medida teve um impacto significativo na disponibilidade de recursos destinados ao setor educacional.
Constituição	1967	Foi determinada a proibição da criação de impostos e cobrança de encargos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços das instituições de educação. Como resultado, as escolas privadas continuaram a usufruir de imunidade fiscal, o que ampliou suas margens de lucro. Essa medida proporcionou vantagens financeiras para as escolas privadas, uma vez que elas não precisavam arcar com certos encargos fiscais que afetariam sua rentabilidade.
	1967	O governo estabeleceu uma comissão técnica especial com a finalidade de emitir pareceres conclusivos sobre as reivindicações, teses e sugestões relacionadas às atividades estudantis. Essa comissão também tinha como responsabilidade planejar e propor medidas para aprimorar a implementação das diretrizes governamentais no setor estudantil, além de supervisionar e coordenar sua execução sob a delegação do Ministro de Estado.
Relatório Meira Matos	1966	Conforme o acordo MEC-USAID de 1966 sobre a reforma universitária, este relatório aprofundou as discussões sobre a política educacional, especialmente em relação à tecnocratização do ensino superior. Essas discussões tiveram uma grande influência na reforma educacional de 1968. O relatório concentrou-se na educação superior, destacando a preocupação em formar

		uma força de trabalho qualificada para os setores de administração e indústria de alto escalão. Assim, o planejamento educacional passou a ser mais integrado ao Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com o objetivo de adequar o sistema educacional às necessidades do mercado de trabalho regulado. Para isso, foram utilizados os diagnósticos preliminares do Plano Decenal da Educação da Aliança para o Progresso.
Confederação Nacional de Educação ⁴	1966	Teve por objetivos apontar sugestões para uma reformulação do Plano Nacional de Educação em vigor, afirmando a relação entre educação e desenvolvimento econômico.
Plano Decenal de Educação	1967-1976	Segundo o plano, a teoria do capital humano e a conceituação econômica da educação eram fundamentais. Acreditava-se que a consolidação da estrutura do capital humano no país aceleraria o processo de desenvolvimento econômico.
Decreto nº 62.402 ⁵	14 de março de 1968	Ratificou o contrato de empréstimo celebrado pela União Federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e deu outras providências.
Decreto nº 62.532	18 de abril de 1968	O presidente da República, utilizando a atribuição conferida pelo art. 83, item II, da Constituição, decretou a instituição de bolsas de alimentação para os usuários do extinto restaurante do calabouço. O valor de cada bolsa de alimentação não ultrapassará o montante de NCr\$60,00 (sessenta cruzeiros novos) mensais. O pagamento das bolsas será realizado por meio da rede bancária, pela Companhia Brasileira de Alimentos.
	Maio de 1968	O ministro Tarso Dutra afirmou que a política educacional do governo tinha como objetivo principal enfatizar a formação técnico-profissional no ensino médio, visando capacitar os indivíduos para participarem do processo de

⁴ A CNE indicou como prioridade um estudo da situação do ensino primário através do detalhamento dos índices de evasão, reprovação e atraso no ingresso escolar, que assolavam este nível de ensino. Considerava-se necessária a ampliação da capacidade de vagas para a formação de força de trabalho nacional, para superar o problema de falta de vagas nas escolas e do difícil acesso às universidades.

⁵ Art. 1.º Fica ratificado o contrato assinado em 30 de junho de 1967 pela União Federal representada pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura, como mutuária, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, relativo a operação de crédito no montante de US\$ 3000000, ou seu equivalente em outras moedas, de que trata o Decreto n.º 60897, de 23 de junho de 1967, destinada ao financiamento parcial de um programa de expansão e melhoramento do ensino técnico industrial com as cláusulas e condições dele constantes, inclusive o compromisso geral e antecipado de dirimir por arbitramento as dúvidas e controvérsias ocorrentes.

		desenvolvimento nacional em curto prazo. Essa formação foi dividida em duas etapas principais: o desenvolvimento do ensino médio profissionalizante e o aumento do número de matrículas no ensino superior. O objetivo era proporcionar aos estudantes tanto habilidades técnicas quanto acesso a oportunidades educacionais avançadas, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social do país.
Relatório Meira Mattos	14 de maio de 1968	O ministro recebeu o relatório Meira Mattos, e nesse contexto, as manifestações públicas e greves estudantis contra a política educacional do governo se intensificaram, principalmente em relação à política para a universidade e à violência policial empregada contra os estudantes. As ações do governo, como descritas no relatório, geraram uma forte reação por parte dos estudantes, que expressaram seu descontentamento e protestaram contra as políticas adotadas. As manifestações e greves foram motivadas tanto pela insatisfação com a política educacional em si quanto pela resposta violenta das autoridades governamentais.
	4 de junho de 1968	O general Costa e Silva ordenou a liberação imediata dos recursos destinados ao Ministério da Educação (MEC) para o pagamento dos salários dos professores universitários. O atraso na liberação desses fundos, juntamente com o protesto contra a transformação das universidades em fundações, resultou em greves na maioria das faculdades da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os professores, insatisfeitos com a situação, interromperam suas atividades em busca de melhores condições salariais e preservação da autonomia universitária. ⁶
	25 de junho de 1968	Após proferir um discurso pela televisão anunciando a reforma na estrutura do Ministério da Educação (MEC), Tarso Dutra enfrentou uma manifestação estudantil no Rio de Janeiro, conhecida como a Passeata dos 100 mil, no dia seguinte. O movimento recebeu uma grande adesão popular e foi um protesto contra as violências policiais ocorridas desde a morte de Edson Luís. Os manifestantes exigiram o fim da ditadura e o retorno das instituições

⁶ Com a continuação das manifestações estudantis na cidade do Rio de Janeiro, agravadas pela ocorrência de prisões de vários estudantes, o Exército entrou em rigorosa prontidão em 21 de junho. No dia seguinte, o Conselho Universitário da UFRJ suspendeu as aulas por tempo indeterminado e o governador Francisco Negrão de Lima antecipou as férias nos estabelecimentos de ensino do Estado com o objetivo de desmobilizar os estudantes.

		democráticas. A passeata representou um momento de forte mobilização e repúdio à repressão do regime autoritário, expressando o anseio por liberdade e justiça na sociedade brasileira.
Decreto nº 869	Setembro de 1968	Foi outorgado o decreto, resultado dos esforços da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, que estabelecia a inclusão obrigatória da disciplina Educação Moral e Cívica em todos os currículos escolares, em todos os níveis de ensino. No ensino superior, essa disciplina passou a ser denominada Estudos de Problemas Brasileiros. Essa medida visava promover uma formação cívica e moral dos estudantes, com ênfase nos aspectos relacionados à identidade e realidade brasileiras.
	Setembro de 1968	No mesmo dia, a Folha de São Paulo informou que um parlamentar renovou acusações contra o ministro da Educação. O deputado Evaldo de Almeida Pinto (MDB), presidente da CPI sobre o ensino superior, reiterou as críticas feitas anteriormente no plenário da Câmara Federal contra o Ministro Tarso Dutra, relacionadas à distribuição de 30 milhões de dólares em equipamentos. As acusações do parlamentar indicavam possíveis irregularidades na forma como os recursos foram distribuídos e levantavam questões sobre a transparência e o uso adequado dos fundos destinados à educação.
Ato Complementar nº 77	22 de outubro de 1968	A junta militar assinou o Ato Complementar nº 77, que proibiu os professores que foram punidos pelos Atos Institucionais de exercerem funções em estabelecimentos de ensino ou fundações criadas ou subsidiadas pelos poderes públicos, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações relacionadas à Segurança Nacional. Essa medida restringiu a atuação de professores que eram considerados opositores ao regime militar, limitando sua participação no sistema educacional e em instituições ligadas à pesquisa e segurança do país.
Lei 5.540	28 de novembro de 1968	Determinou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.
Lei 5.537	21 de novembro de 1968	A lei criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Decreto-lei 405, de 31 de dezembro, que determinou normas para incremento de matrículas no ensino superior.

Conselho de Segurança Nacional	Dezembro de 1968	Tarso Dutra participou das reuniões do Conselho de Segurança Nacional, nas quais se originou o AI-5, que foi assinado no dia 13 de dezembro. Dutra integrou a Comissão designada por Costa e Silva para fazer a revisão final do documento.
Decreto nº 477	26 de fevereiro de 1969	O decreto atribuiu às autoridades universitárias e educacionais do Ministério da Educação (MEC) o poder de desligar e suspender estudantes por até três anos caso estivessem envolvidos em atividades consideradas subversivas pelo regime ditatorial. Além disso, o decreto estabeleceu a possibilidade de expulsão e impedimento de matrícula em qualquer instituição de ensino superior no país por um período de cinco anos. O decreto também previu a demissão de funcionários e professores, proibindo-os de trabalhar no ensino superior durante cinco anos. Essas medidas restritivas tinham o objetivo de reprimir o movimento estudantil e controlar o ambiente acadêmico, limitando a liberdade de expressão e a participação política dos estudantes e profissionais da educação.
	Agosto de 1969	Durante uma palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), Tarso Dutra justificou a obrigatoriedade do ensino de Educação Cívica como uma forma de combater a suposta infiltração ideológica na escola brasileira. Ele argumentou que essa disciplina era necessária para repelir, de todas as formas possíveis, qualquer influência ideológica considerada indesejável.
Governo Médici (1969-1974)		
	30 de outubro de 1969	Foi nomeado para o Ministério da Educação e Cultura, o Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho
Grupo de Trabalho	1969	Passarinho ao assumir o cargo de ministro da educação nomeou um Grupo de Trabalho. Esse grupo tinha a responsabilidade de propor a reforma do ensino primário e médio no Brasil, levando em consideração as diretrizes estabelecidas por relatórios anteriores e amplas discussões. O próprio ministro da Educação atuava como presidente desse grupo, e designou o Padre José Vieira de Vasconcelos, membro do Conselho Federal de Educação, como seu substituto.
Decreto nº 65.189	Setembro de 1969	O Grupo de Trabalho estabelecido em 14 de outubro tinha um prazo de sessenta dias para concluir seus estudos e

		<p>projetos, considerados prioritários e de interesse nacional. É importante destacar que, no encaminhamento desses projetos, havia a ressalva de que o assunto estava vinculado ao "projeto brasileiro de desenvolvimento" e que as prioridades de investimento dependiam disso. Essa ressalva indicava a conexão entre a reforma do ensino primário e médio e os objetivos mais amplos do desenvolvimento do país.</p>
	1970	<p>A reforma das universidades, iniciada em 1968, foi complementada pela reforma do ensino médio. A Reforma Universitária teve como objetivo principal a racionalização administrativo-pedagógica do ensino superior, por meio da implementação do regime de créditos e da organização das disciplinas em departamentos. Por sua vez, a reforma do ensino médio visava a profissionalização compulsória e generalizada de todos os alunos, com a intenção de adequar o conteúdo do ensino às necessidades do mercado de trabalho. No entanto, em 1975, o Conselho Federal de Educação (CFE) deu uma nova interpretação à Lei nº 5.692, em resposta às demandas dos empresários do ensino médio que se opunham à nova política educacional, alegando os custos envolvidos em sua implementação. Essa nova interpretação pode ter modificado alguns aspectos da reforma do ensino médio, atendendo às preocupações dos setores empresariais do ramo educacional.</p>
Parecer nº 77	1969	<p>O CFE emitiu o Parecer que regulamentou o sistema nacional de Pós-Graduação. Ainda em 1969, o governo promulgou o Decreto-Lei nº574, que proibiu as instituições educacionais de reduzirem suas vagas iniciais.</p>
MOBRAL	1970	<p>Foi criado o MOBRAL em 1970 com o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil em dez anos. Substituindo os movimentos de educação de base, o MOBRAL focava na alfabetização da população urbana de 15 a 35 anos. Apesar de sua abordagem simplificada, o movimento não conseguiu alcançar seu objetivo, sendo encerrado em 1985. No entanto, deixou um legado importante no campo da alfabetização.</p>
Decreto nº 68.908	1970	<p>Regulamentou o vestibular classificatório devido a pressão gerada pelo aumento de vagas nas universidades públicas.</p>

		Durante a gestão de Jarbas Passarinho no MEC, a política educacional foi marcada pelo diálogo restrito entre o ministério, os Secretários de Educação dos estados e o Conselho de Reitores. Em um Encontro de Secretários de Educação, realizado na Guanabara, foram discutidos os principais aspectos da nova política educacional do governo, incluindo o projeto de reforma de ensino, questões relacionadas à TV Educativa Radiodifusão, política do livro didático, plano setorial de educação e cultura para o triênio 1972-1974, e o Acordo MEC-USAID.
		Durante a gestão de Jarbas Passarinho no MEC, o diálogo com os professores e estudantes foi restrito, e a legislação sobre ensino primário e médio foi resultado de acordos entre altos funcionários. O ministro realizava encontros informais com os membros do Conselho de Reitores do Brasil.
Lei nº 5692	11 de agosto de 1971	O texto regulamenta o ensino de primeiro e segundo graus, introduzindo algumas mudanças significativas. Uma delas é a ampliação da obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, unindo os antigos níveis primário e ginásial. Além disso, o exame de admissão foi abolido e foi estabelecida a criação da escola única profissionalizante.
Parecer nº 94	1971	O Conselho Federal de Educação (CFE) emitiu um parecer fornecendo diretrizes para o ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas. Esse parecer foi resultado do trabalho da Comissão Especial do CFE, responsável pela elaboração do programa dessa disciplina. ⁷
Plano Setorial	1972 a 1974	O Ministério lançou um plano setorial com o objetivo de tornar a população brasileira um fator de produção e beneficiária do progresso. O plano visava alcançar diversos objetivos, como ampliar a matrícula escolar para 80% das crianças de 7 a 14 anos no ensino fundamental, erradicar o analfabetismo na faixa etária de 15 a 35 anos, expandir os programas de treinamento, oferecer

⁷ Os programas da disciplina seriam elaborados pelo Conselho Federal de Educação com a colaboração da Comissão Nacional de Moral e Civismo, formada por seis membros nomeados pelo Presidente da República, sua primeira composição da comissão foi a seguinte: general Moacyr de Araújo Lopes, presidente; almirante Ary dos Santos Rangel; padre Francisco Leme Lopes; e os professores Elyvaldo Chagas de Oliveira, Álvaro Moutinho Neiva, Hélio de Alcântara Avelar, Guido Ivan de Carvalho e Humberto Grande, “este último veterano da ditadura varguista, escreveu o livro A pedagogia do Estado Novo e, na nova ditadura, A educação cívica e o trabalho, além de Educação cívica das mulheres”.

		oportunidades de conclusão do ensino médio para formação técnica, ampliar a oferta de ensino superior, especialmente nas áreas técnicas, formação de professores e ciências da saúde, acelerar a reforma universitária, estabelecer centros regionais de pós-graduação e manter a gratuidade do ensino para aqueles que têm carência socioeconômica. ⁸
	1972	O Conselho Federal de Educação emitiu pareceres importantes sobre a organização do ensino fundamental (1º grau) e médio (2º grau), complementando a Lei nº 5692/71. O Parecer nº 45/72 recomendou a formação especial para o 1º grau, enquanto o Parecer nº 871/72 reforçou os conceitos e estabeleceu normas para a organização curricular, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Parecer nº 853/71. Esses pareceres tiveram papel fundamental na definição das diretrizes e regulamentações do sistema educacional brasileiro nesse período.
Decreto nº 71.244	11 de outubro de 1972	O estabelecimento de normas para a concessão de auxílio financeiro do tesouro federal aos sistemas estaduais e municipais de educação foi uma medida adotada. Essa medida estava vinculada ao artigo 54 da Lei nº 5.692/71, que determinava as formas de ajuda financeira da União aos estados e municípios. No entanto, o Art.3º estabelecia que, para ter acesso aos recursos do governo federal, os sistemas estaduais e municipais de educação precisavam elaborar seus respectivos Estatutos do Magistério. Esses estatutos serviam como base para a concessão do auxílio financeiro.
Governo Geisel (1974-1979)		
	1974	Foi nomeado para o Ministro da Educação e Cultural, Nei Amintas de Barros Braga.
Parecer nº 2018	1974	O parecer propunha a elaboração de legislação que estabelecesse normas e procedimentos para a implantação de programas voltados para a educação pré-escolar. Além disso, sugeriu a busca por novas fontes de recursos

⁸ No plano setorial, havia trinta e três projetos, dos quais quatro visavam alcançar objetivos para a escolarização do primeiro grau; três dedicados à reforma do ensino médio e oito se preocupam com a implantação da reforma universitária, três projetos se referiam à necessidade da melhoria da formação de força de trabalho. Os demais tratavam de reformas administrativas, pesquisas, e programa de assistência técnica. O plano indicava a prioridade à reforma universitária como forma de superar a crise instalada nas universidades, dando ênfase a qualificação para os altos escalões e controlando o corpo estudantil.

		financeiros para subsidiar a educação nessa etapa. O objetivo era regulamentar e fortalecer a educação pré-escolar, visando atender às necessidades das populações em idade pré-escolar.
Coordenação de Educação Pré-Escola	1975	Chamada de CODEPRE e depois COEPRE, vinculada ao ministério da educação e cultura. Em 18 de abril e 22 e 23 de maio, realizaram-se o I e II Seminários de Planejamento da Educação Pré-Escolar.
Plano Quinquenal	1975-1979	O Ministério lançou o plano quinquenal. Seu objetivo principal era atingir 100% de escolarização da faixa etária de 7 a 14 anos até 1980.
Parecer nº 76	1975	Por meio do parecer, o CFE redefiniu o conteúdo da Lei nº 5692, promovendo alterações significativas na divisão entre a educação geral e a formação especializada. Essas mudanças permitiram um aumento na importância das disciplinas de caráter geral e proporcionaram maior flexibilidade na abordagem da profissionalização obrigatória. O objetivo era adequar o sistema educacional às necessidades contemporâneas, oferecendo uma formação mais abrangente e adaptada às demandas do mercado de trabalho.
Plano Nacional de Pós Graduação	1975	O governo implementou o Plano Nacional de Pós-Graduação, que se alinhou ao Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e ao Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O objetivo desse plano era promover a integração em todos os níveis de ensino e capacitar recursos humanos para o ensino superior. O foco estava na formação avançada e na pesquisa científica e tecnológica, visando impulsionar o desenvolvimento do país nessas áreas.
Resolução nº 58	1976	O CFE determinou através da resolução a inclusão obrigatória da Língua Estrangeira Moderna no currículo do 2º grau, o que levou, na grande maioria dos casos, ao ensino da língua inglesa.
		Durante um período de repressão no país, no início de julho, surgiu a especulação de que o ministro Nei Braga poderia ser o sucessor do presidente Geisel. Ao mesmo tempo, a UnB enfrentou uma crise, iniciada em maio pelos estudantes em protesto contra as ações autoritárias do governo. A situação atingiu seu ponto máximo quando

		o reitor, José Carlos Azevedo, expulsou 30 alunos e suspendeu outros 34, decretando um recesso de 30 dias.
Parecer nº 540	1977	O CFE emitiu um parecer em resposta às críticas da Lei 5692, abordando o tratamento dos componentes educativos determinados pelo artigo 7º da referida lei. O parecer visava desvincular esses componentes da noção tradicional de disciplinas, enfatizando sua natureza como elementos educativos. Com essa abordagem, gradualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi sendo desmantelada por meio de pareceres emitidos pelo próprio CFE.
	1978	No início de abril de 1978, o ministro apresentou um relatório sobre suas atividades no Ministério da Educação e Cultura (MEC), destacando o aumento do número de universitários de 900.000 para 1 milhão e 2000 mil durante os primeiros quatro anos do governo Geisel. Além disso, a taxa de escolaridade da população aumentou de 73,45% para 78,85%. No mesmo ano, o MEC aprovou as diretrizes básicas para o ensino de Educação Moral e Cívica nos cursos de 1º e 2º graus, bem como de Estudos de Problemas Brasileiros nos cursos superiores, por meio da Portaria nº 505.
Governo Figueiredo (1979-1985)		
		Ocuparam a pasta do Ministério da Educação e Cultura Eduardo Mattos Portella, General Rubem Carlos Ludwig e Esther de Figueiredo Ferraz.
	1979	A indicação de Portela para o Ministério da Educação foi feita por Guilherme de Figueiredo, irmão do presidente, durante o período da ditadura militar. Essa nomeação foi vista como uma tentativa de sinalizar uma abertura política, já que Portela era considerado mais distante do círculo político diretamente envolvido com o golpe militar. A escolha do seu nome foi interpretada como uma medida de flexibilização do governo e uma tentativa de conquistar a simpatia de setores intelectuais.
	1979	Portela assumiu o cargo de Ministro da Educação em um momento de amplo debate sobre a situação educacional do Brasil, que ocorria durante o processo de abertura política iniciado no governo Geisel. Nesse contexto, também surgiram movimentos de contestação à política educacional da ditadura. Por um lado, havia críticas em

		relação à queda da qualidade do ensino em todos os níveis. Por outro lado, os professores do setor público buscavam se organizar por meio de novas associações de classe com caráter sindical, tanto no nível fundamental quanto no universitário. Essas mobilizações resultaram nas primeiras greves nas escolas públicas e universidades.
Resolução nº 7		Através da Resolução ocorreu o desdobramento dos Estudos Sociais em História e Geografia nas últimas séries do ensino fundamental, além da alteração da nomenclatura dos conteúdos Integração Social e Iniciação às Ciências para Estudos Sociais e Ciências, respectivamente. Essa mudança refletiu na organização curricular dessas disciplinas.
		A mensagem ministerial, que defendia a transição democrática e a qualidade do ensino, recebeu aplausos de alguns setores intelectuais e da área educacional. O ministro adotou uma postura mais firme à censura na produção cultural, recusando-se a realizar tarefas de censura no Ministério da Educação. Comprometeu-se também com o fim da censura a livros, teatro e cinema, ganhando apoio de diversos setores comprometidos com a liberdade de expressão.
	1980	A situação de Portela no governo foi marcada por tensões. Ao assumir o cargo, o ministro enfrentou o veto da área de informação em relação a trinta e um assessores escolhidos para cargos de confiança. Além disso, ele enfrentou pressões políticas ao nomear os reitores das universidades federais, e teve atritos com a equipe econômica do governo na busca por mais recursos para a área da educação. Essas dificuldades políticas e financeiras contribuíram para um ambiente desafiador durante sua gestão.
	1980	A demissão de Eduardo Portela foi resultado da ação da ditadura em manter uma política repressiva inflexível sobre educadores e as suas reivindicações.
	27 de novembro de 1980	O general Rubem Carlos Ludwig foi requisitado para a pasta da educação por ser homem de confiança do círculo de militares que ocupavam posições centrais no governo e da administração.
		Após assumir o cargo, o ministro conseguiu suspender a greve que afetava todas as universidades federais do país.

		Ele implementou um plano de reclassificação da carreira, projetado por seu antecessor, que resultou em melhorias salariais para os professores do ensino superior.
		Ludwig, ao assumir o cargo, anunciou sua prioridade no fortalecimento do ensino de 1º e 2º graus, expressando preocupação com a situação de mais de 7 milhões de crianças sem acesso à educação em todo o país.
	1981	MEC extinguiu as Secretarias de Assuntos Culturais e de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dando origem à Secretaria de Cultura, embrião do Ministério da Cultura.
	1981	Em 1981, ocorreu uma nova greve geral do magistério, que foi apoiada pelos funcionários das universidades. O impasse foi novamente resolvido com a concessão de um reajuste salarial aceito pelos professores.
	Março de 1982	Em março de 1982, o ministro Ludwig apresentou um projeto de reformulação da lei de ensino profissionalizante de 2º grau. Essa alteração visava implementar um sistema que já existia, mas que ainda não havia sido totalmente implantado. Em junho, o ministro admitiu que o programa Mobral não havia alcançado seu objetivo de alfabetizar adultos. Nessa época, ele também se recusou a reconhecer a UNE como a entidade oficial de representação estudantil no país. Em 24 de agosto de 1982, Ludwig assumiu a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República.
	24 de agosto de 1982	Esther de Figueiredo Ferraz, recebeu a indicação para substituir o General Rubem Ludwig na reforma ministerial, para ocupar a pasta do Ministério da Educação e Cultura. A escolha de Esther foi vitória do grupo ligado a Geisel.
Lei nº 5692	1982	Durante a ditadura, foram feitas alterações nos dispositivos da Lei nº 5692/1971, que tratava da profissionalização do ensino de 2º grau. Essas mudanças resultaram em uma modificação na proposta curricular, permitindo que as escolas não fossem mais obrigadas a oferecer a formação profissional, priorizando novamente a formação geral. Através da Lei nº 7044/1982, a qualificação para o trabalho, anteriormente prevista na Lei nº 5692/71, foi substituída pela preparação para o trabalho, um termo vago que aparentava manter a ideia de

		ensino profissionalizante, mas que eliminava definitivamente a obrigatoriedade da habilitação profissional no 2º grau.
Parecer nº 281	1982	O Parecer n.º 281 do CFE explicava as camadas curriculares e indicava o sentido humanista da preparação para o trabalho, de acordo com a Lei n.º 7044/1982.
		A proposta de cobrança de mensalidades nas universidades públicas, que era defendida por Esther Ferraz, foi rejeitada devido à sua impopularidade durante a ditadura. No entanto, os interesses privados na educação foram beneficiados por meio de outros mecanismos.
	Fevereiro de 1983	Esther de Figueiredo Ferraz aprovou um empréstimo para a FUNTEVE visando melhorar os programas de tele-educação. Posteriormente, em abril, ela se desligou da Curadoria da Fundação Roberto Marinho sob suspeitas de envolvimento na revitalização da FUNTEVE e nos programas de tele-educação, que eram de interesse da Rede Globo de Televisão, de propriedade de Roberto Marinho.